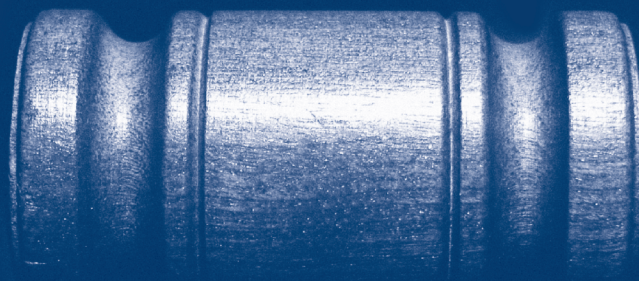


Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC)

Uma análise da capacidade da América Latina de detectar,
punir e prevenir a corrupção

2022



Brian Winter
Vicepresidente de Policy, AS/COA

Geert Aalbers
Sócio, Control Risks

QUEM SOMOS



Americas Society/Council of the Americas é o mais importante fórum dedicado à educação, debate e diálogo nas Américas. Tem como missão promover o entendimento de questões políticas, sociais e econômicas contemporâneas na América Latina, Caribe e Canadá. As conclusões deste relatório não refletem necessariamente os pontos de vista de AS/COA ou de seus membros.

Control Risks

A Control Risks é uma consultoria global especializada em gestão de riscos. Capacitamos os nossos clientes a terem êxito num mundo complexo e volátil. Por meio de inteligência de mercado, avaliação de riscos e uso de tecnologia, auxiliamos nossos clientes a permanecerem seguros e em conformidade. Em crises ou situações complexas, ajudamos nossos clientes a agir decisivamente e recuperar suas operações e sua imagem.

Conteúdo

02 Introdução

04 Visualizações de Dados

04 Pontuações Gerais

05 Comparação 2019-2022

06 Resultados por Categoria

07 Relatórios por País

07 Uruguai

09 Costa Rica

11 Chile

13 Peru

15 República Dominicana

17 Argentina

19 Panamá

21 Colômbia

23 Equador

25 Brasil

27 Paraguai

29 México

31 Guatemala

33 Bolívia

35 Venezuela

37 Metodologia

41 Apêndice de Dados

junho de 2022



Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2022

Uma análise da capacidade da América Latina de detectar, punir e prevenir a corrupção

A luta contra a corrupção na América Latina teve resultados mistos durante o ano passado. Alguns países mostraram resiliência, enquanto outros, incluindo México e Brasil, os dois maiores países da região, novamente sofreram retrocessos em suas principais instituições e no ambiente de combate à corrupção como um todo. Para muitos cidadãos em toda a América Latina, a luta contínua contra a COVID-19 e questões econômicas como a inflação, agora agravadas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, dominam o debate, relegando a luta contra a corrupção a segundo plano. Muitos governos da região estão tratando as reformas anticorrupção como uma prioridade mais baixa. Assim, muitas das agências anticorrupção e boa parte do poder jurídico em toda a região enfrentaram dificuldades em comparação com meados da década de 2010, quando o movimento de combate à corrupção recebia um maior apoio da população e mais atenção dos governos.

O cenário geral em 2022, no entanto, foi de relativa estabilidade após os claros retrocessos registrados nos últimos anos. Vários governos deram prioridade ao combate à corrupção e ao fortalecimento das instituições. De forma notável, o ambiente anticorrupção ficou estável mesmo em países com eleições recentes, como Chile, Costa Rica, Equador e Peru, um indicador da resiliência de algumas instituições-chave.

A situação em outros países pinta um quadro com mais nuances: em alguns casos, ocorreram regressões na capacidade legal em paralelo a avanços na qualidade da imprensa ou na força da sociedade civil. Ficou claro que os esforços para combater a corrupção, embora estejam sob pressão, continuam sendo prioridade para muitos cidadãos em toda a região.

UMA FERRAMENTA BASEADA EM DADOS

Diante desse cenário, a Americas Society/Council of the Americas (AS/COA) e a Control Risks estão publicando a quarta edição do Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC). Lançado pela primeira vez em 2019, o índice avalia a capacidade dos países latino-americanos de detectar, punir e prevenir a corrupção.

Em vez de medir a percepção sobre os níveis de corrupção, o Índice CCC avalia e classifica países com base na eficácia com que podem combater a corrupção. Os países com uma pontuação mais alta são considerados mais propensos a ver atores corruptos processados e punidos. Uma continuação da impunidade é mais provável em países no extremo inferior da escala.

O Índice CCC analisa 14 variáveis, incluindo a independência das instituições jurídicas, a força do jornalismo investigativo e o nível de recursos disponíveis para combater crimes de colarinho branco. O índice se baseia em extensas bases de dados e em uma pesquisa exclusiva conduzida com especialistas em combate à corrupção da Control Risks, do setor acadêmico, da sociedade civil, da mídia e do setor privado. Pelo terceiro ano consecutivo, o índice abrange 15 países, que juntos representam 92% do PIB da América Latina.

O país com a pontuação mais alta no Índice CCC de 2022 é o Uruguai (7,42 pontos de um total de 10). O Uruguai foi seguido por Costa Rica (7,11), Chile (6,88), Peru (5,66), República Dominicana (5,19), Argentina (5,04), Panamá (4,96), Colômbia (4,87), Equador (4,82), Brasil (4,76), Paraguai (4,45), México (4,05), Guatemala (3,38), Bolívia (2,57) e Venezuela (1,63).

ALGUNS DOS PRINCIPAIS RESULTADOS:

- Apesar de registrar a primeira queda em sua pontuação desde o lançamento do índice, o Uruguai foi o país com o melhor desempenho pelo terceiro ano consecutivo. A Costa Rica e o Chile permaneceram entre os três primeiros, como vêm acontecendo desde 2020. Os três últimos classificados na região também foram os mesmos países de 2021.
- Quatro dos 15 países avaliados no índice tiveram quedas significativas em suas pontuações. Sete países registraram variações pequenas ou moderadas na pontuação. Quatro países fecharam o ano com avanços significativos.
- A Guatemala experimentou a queda mais acentuada no índice, e Uruguai, Argentina, Brasil e México também registraram recuos. Com exceção do Uruguai, as pontuações desses países vêm caindo a cada ano desde que o Índice foi lançado.
- Os países nas posições mais baixas do índice mostraram alguns sinais de melhora. O Paraguai avançou em aspectos de sua capacidade legal, enquanto a Bolívia e a Venezuela registraram um pequeno crescimento em algumas áreas relacionadas à sociedade civil e mídia.
- A República Dominicana teve o maior avanço na pontuação do índice, continuando uma trajetória ascendente de dois anos.

O objetivo do Índice CCC não é envergonhar ou apontar dedos a países, mas promover um debate baseado em políticas públicas, que ajude governos, a sociedade civil e o setor privado a identificar—por meio de dados e uma metodologia robusta—áreas de sucesso e deficiências a serem abordadas.

Pontuação Geral

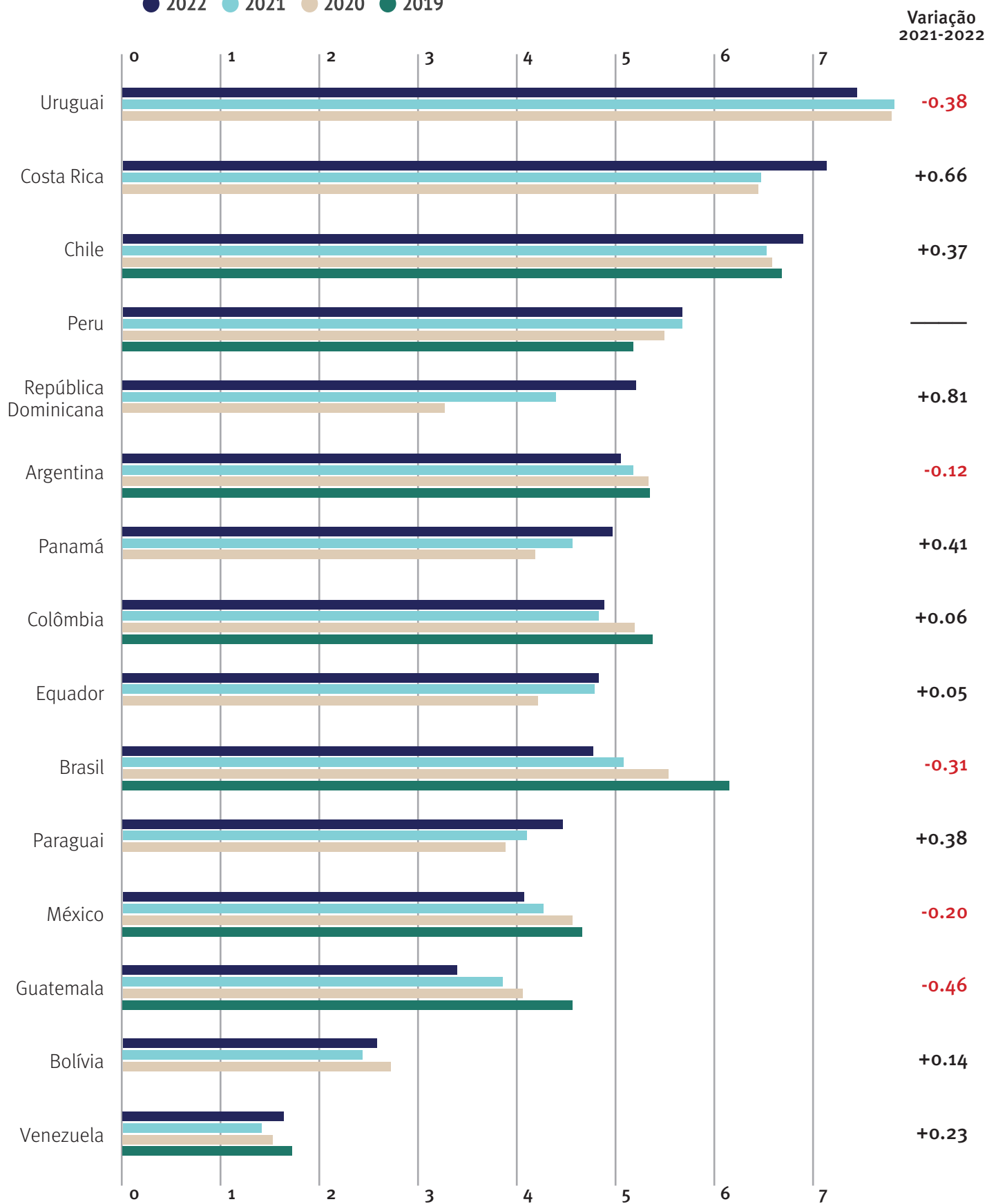


Ranking Geral

1	Uruguai	7.42
2	Costa Rica	7.11
3	Chile	6.88
4	Peru	5.66
5	República Dominicana	5.19
6	Argentina	5.04
7	Panamá	4.96
8	Colômbia	4.87
9	Equador	4.82
10	Brasil	4.76
11	Paraguai	4.45
12	México	4.05
13	Guatemala	3.38
14	Bolívia	2.57
15	Venezuela	1.63

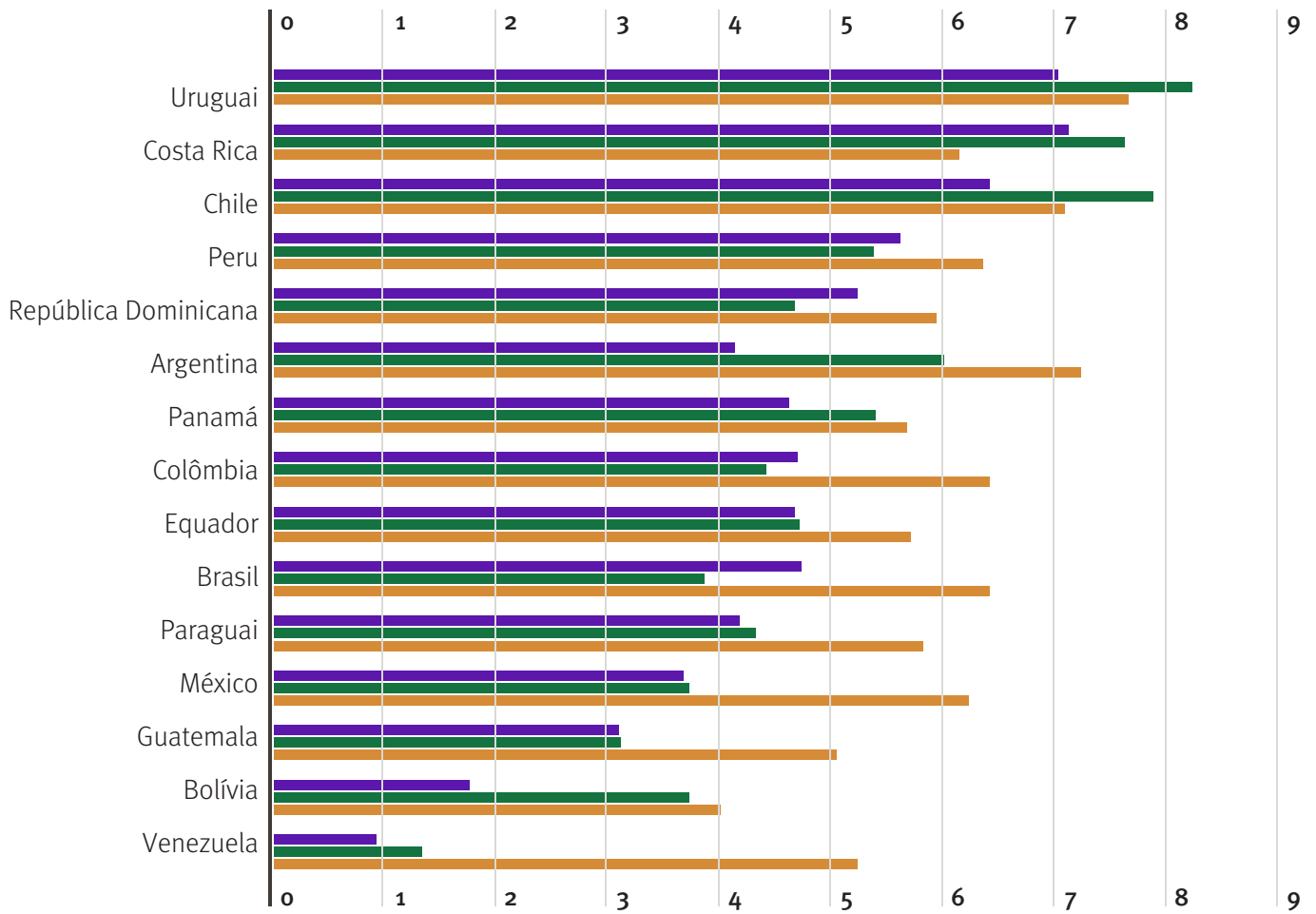
Pontuações Gerais

● 2022 ● 2021 ● 2020 ● 2019



Resultados por Categoria

■ Capacidade Legal ■ Democracia e Instituições Políticas ■ Sociedade Civil e Mídia



Capacidade Legal



Democracia e Instituições Políticas



Sociedade Civil e Mídia





URUGUAI

1
RANKING

7.42

Pontuação 2022

7.80

Pontuação 2021

7.78

Pontuação 2020

n/a

Pontuação 2019

7.03 Capacidade Legal

8.23 Democracia e Instituições Políticas

7.66 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

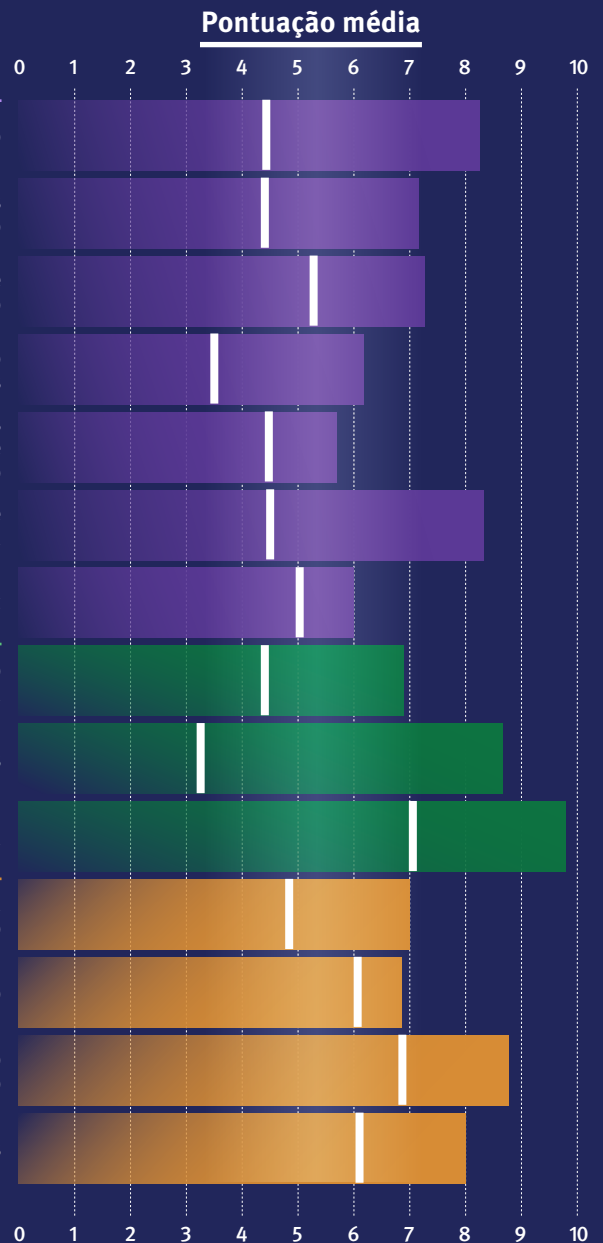
Sociedade Civil e Mídia

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais





1

RANKING

URUGUAI

A pesar de uma queda de quase 5% em sua pontuação geral, o Uruguai se manteve em primeiro lugar no ranking do índice, posição que ocupa desde 2020. Embora as pontuações do Uruguai nas categorias democracia e instituições políticas e sociedade civil e mídia tenham permanecido estáveis, o país registrou uma queda de 7% na pontuação da categoria capacidade legal. Um recuo nas variáveis que avaliam o nível de cooperação internacional, a eficiência das agências anticorrupção e a capacidade do Uruguai de combater crimes de colarinho branco contribuíram para esse retrocesso. Ainda assim, o Uruguai supera a média regional em todas as variáveis cobertas pelo índice, graças à independência de suas instituições, uma sociedade civil ativa e fortes proteções à democracia.

Em 2022, o principal fator que afetou a capacidade do Uruguai de combater a corrupção foi a Lei de Consideração Urgente (LUC), que foi ratificada em um referendo em março. A LUC, um pacote legislativo patrocinado pelo governo, introduziu uma série de mudanças na estrutura legal do país, com o principal objetivo de atrair investimentos privados e estrangeiros. Entre suas disposições, a LUC inclui a flexibilização de algumas restrições para transações em dinheiro, bem como mudanças nos procedimentos de declaração para certos atores (não-financeiros). Alguns analistas dizem que essas mudanças têm o potencial de prejudicar, de certa forma, a capacidade do Uruguai de combater a lavagem de dinheiro.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

A escolha de um novo procurador-geral permanente é possível. Exigirá aprovação do Congresso e provavelmente servirá para avaliar o debate político no poder legislativo, que está dividido com uma margem pequena entre a coalizão governista e a oposição.

Uma persistente carência no financiamento da principal agência anticorrupção do país, o Conselho de Transparência e Ética Pública (JUTEP), que suscita preocupações entre especialistas sobre a capacidade da instituição de realizar operações sofisticadas.

Os laços mais estreitos do Uruguai com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com a União Europeia (UE) podem melhorar ainda mais os padrões de governança do país. O Uruguai aderiu recentemente à Declaração da OCDE sobre o Investimento Internacional e as Empresas Multinacionais e, em outubro de 2021, a UE ratificou o status do Uruguai como jurisdição cooperativa.



COSTA RICA

2
RANKING

7.11

Pontuação 2022

6.45

Pontuação 2021

6.43

Pontuação 2020

n/a

Pontuação 2019

7.12 Capacidade Legal

7.63 Democracia e Instituições Políticas

6.14 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

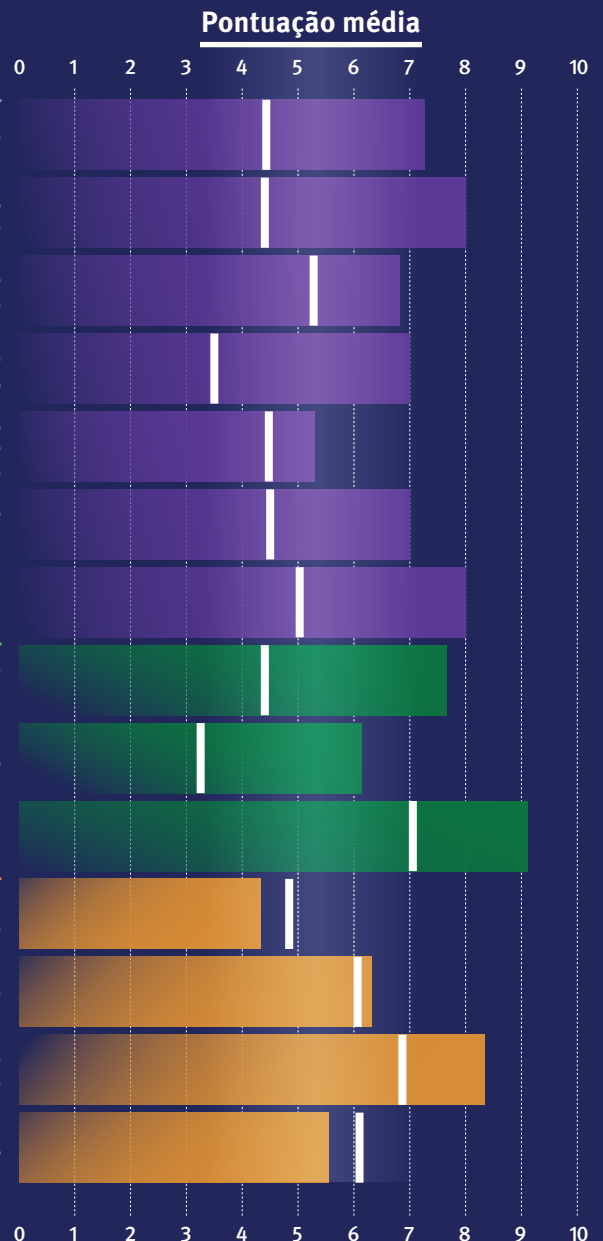
Sociedade Civil e Mídia

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais





2

RANKING

COSTA RICA

A Costa Rica registrou um crescimento de 10% em sua pontuação geral em 2022 em relação ao ano anterior, superando o Chile pela primeira vez e passando a ocupar o segundo lugar, atrás apenas do Uruguai. O país registrou um avanço moderado nas categorias capacidade legal e democracia e instituições políticas, e está entre os três primeiros colocados da região nessas áreas. A desilusão da população com a classe política foi provavelmente o principal fator de um retrocesso de quase 7% na categoria sociedade civil e mídia, consequência de uma queda nas variáveis que avaliam a mobilização da sociedade civil contra a corrupção e a comunicação digital e redes sociais.

No ano passado, a Costa Rica deu passos importantes para investigar e prevenir a corrupção. Em agosto, o país lançou a Estratégia Nacional de Integridade e Prevenção da Corrupção (2021-2030) para priorizar a prevenção da corrupção e a coordenação entre 17 grupos dos setores público e privado, bem como da sociedade civil.

As autoridades costarriquenhas anunciaram investigações recentes sobre supostos esquemas de corrupção entre construtoras e funcionários públicos. Segundo as autoridades, o caso de corrupção de *Cochinilla* provocou um déficit de US\$127 milhões no orçamento nacional para obras rodoviárias de 2018 a 2020. Vários prefeitos foram presos em novembro em conexão com outro suposto caso de corrupção no setor de obras públicas. Em agosto de 2021, a Procuradoria-Geral indiciou um ex-deputado e um empresário por supostos subornos no caso que ficou conhecido como *cementazo*, um esquema revelado em 2017 envolvendo autoridades do Estado, um banco público e importações de cimento da China.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O presidente Rodrigo Chaves, que venceu as eleições com base em uma plataforma anti-sistema e anticorrupção, tomou posse em maio. O governo Chaves provavelmente priorizará as reformas anticorrupção, mas seu partido não tem a maioria no Congresso, o que pode atrasar melhorias significativas.

Observadores expressaram preocupação com as críticas de Chaves à mídia e ao poder judiciário, bem como as promessas que ele fez durante a campanha de aprovar reformas por referendo ou decreto para contornar a falta de apoio do legislativo.

O progresso no caso *Cochinilla*, um dos maiores casos de corrupção no setor da construção já vistos na Costa Rica, será acompanhado de perto.



CHILE

3
RANKING

6.88

Pontuação 2022

6.51

Pontuação 2021

6.57

Pontuação 2020

6.66

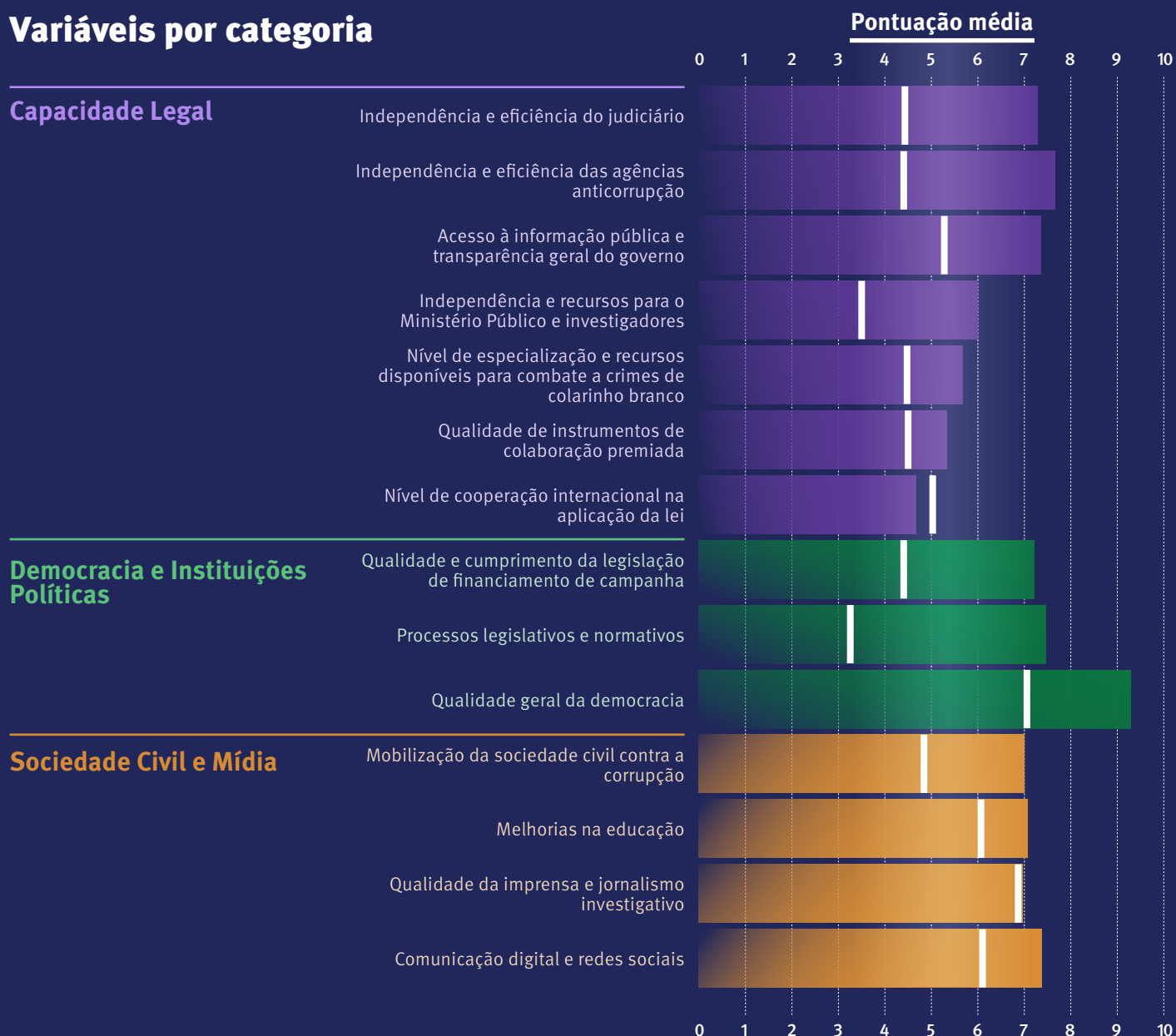
Pontuação 2019

6.42 Capacidade Legal

7.88 Democracia e Instituições Políticas

7.10 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





3

RANKING

CHILE

A pontuação geral do Chile subiu 5%, mas sua trajetória ascendente não acompanhou a da Costa Rica, levando o país a cair do 2º lugar em 2021 para o 3º em 2022. O país manteve o terceiro lugar no ranking na categoria capacidade legal, que viu um aumento de 8% na pontuação ano a ano, impulsionado por avanços nas principais variáveis que avaliam a cooperação internacional e independência e eficiência das agências anticorrupção. Assim como em 2021, o Chile superou a média regional em quase todas as variáveis analisadas.

O Chile registrou um aumento na variável que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção, e casos proeminentes de suposta corrupção receberam ampla cobertura da mídia nos últimos meses. O ex-presidente Sebastián Piñera foi mencionado no vazamento dos Pandora Papers em outubro de 2021 — mas negou qualquer irregularidade. A Câmara dos Deputados do Chile iniciou um pedido de impeachment contra Piñera, que foi rejeitado pelo Senado em novembro. Investigações relacionadas à corrupção nas forças militares levaram à renúncia, em março, do comandante-chefe do Exército. Seus três antecessores também foram investigados por suposta fraude.

O país está no processo de elaboração de uma nova Constituição que incluirá medidas que abrangem questões de corrupção e governança. Em abril, a Assembleia Constituinte aprovou dez artigos relacionados à probidade, transparência e prestação de contas. O presidente Gabriel Boric, que assumiu o cargo em março, anunciou um ambicioso conjunto de reformas, incluindo uma agenda de combate à corrupção e promoção da probidade administrativa.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Espera-se que a Assembleia Constituinte produza um projeto de constituição até julho. A falta de consenso sobre questões-chave pode atrasar o processo, e um recuo no apoio da opinião pública à Assembleia Constituinte suscitou a possibilidade de que a Constituição não seja aprovada em um referendo agendado para setembro.

Boric provavelmente se concentrará em reformas de transparência e anticorrupção para apaziguar as preocupações de seu eleitorado e tentar melhorar seus índices de aprovação, que vêm caindo desde o início do mandato. No entanto, grandes desafios no setor de segurança pública podem empurrar as reformas anticorrupção para o segundo plano.



PERU

4
RANKING

5.66

Pontuação 2022

5.66

Pontuação 2021

5.47

Pontuação 2020

5.17

Pontuação 2019

5.61 Capacidade Legal

5.38 Democracia e Instituições Políticas

6.35 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

Sociedade Civil e Mídia

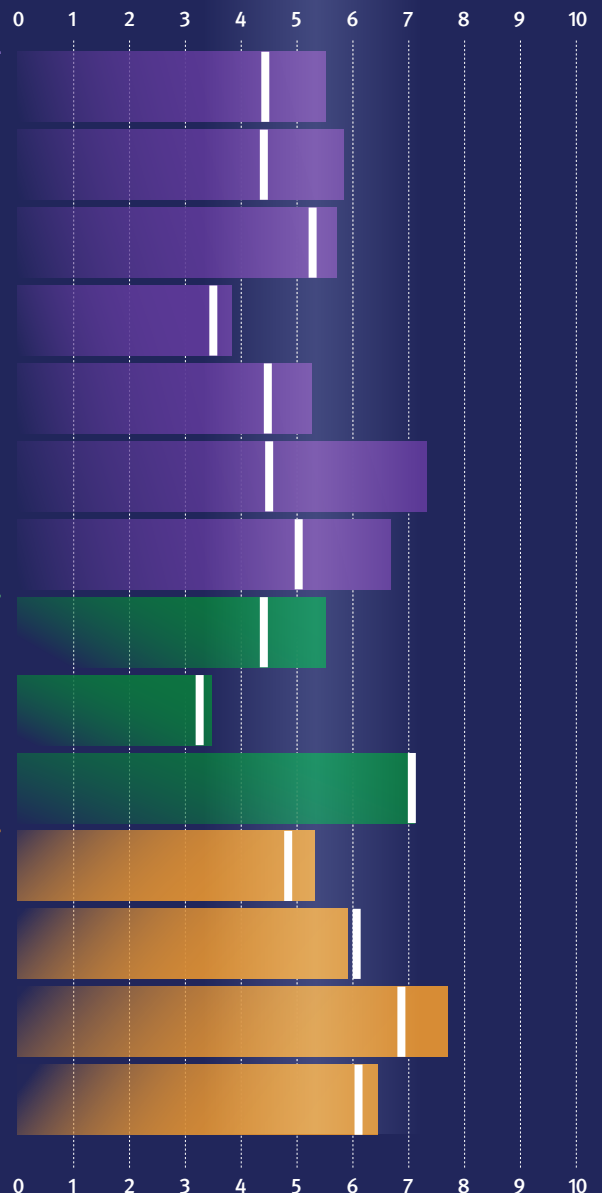
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Pontuação média





4

RANKING

PERU

Assim como em 2021, o Peru ficou em quarto lugar no índice e sua pontuação geral e as pontuações por categoria permaneceram estáveis. O país registrou um retrocesso de 9% na variável que mede os processos legislativos e normativos, um reflexo das tensões persistentes entre o governo e o Congresso. Desde que assumiu a presidência em julho de 2021, Pedro Castillo foi alvo de uma série de moções de impeachment e tem sido difícil para o governo criar consenso em torno de sua agenda de reformas.

As instituições jurídicas peruanas continuaram registrando um progresso incremental nos processos envolvendo casos de corrupção. O Conselho Nacional de Justiça (JNJ) continuou o esforço de combater a corrupção no judiciário e demitiu funcionários públicos como parte da investigação do caso *Cuellos Blancos del Puerto*. O julgamento do ex-presidente Ollanta Humala, cuja campanha foi supostamente financiada de forma ilegal pela construtora brasileira Odebrecht, começou em fevereiro.

A Procuradoria-Geral abriu um processo para investigar um suposto caso de corrupção envolvendo Castillo e seu círculo íntimo, mas o presidente nega a existência de irregularidades. A imunidade presidencial impede um progresso significativo nas investigações até o fim do mandato de Castillo em 2026.

A corrupção no setor público é generalizada e gera perdas significativas para o governo. Castillo pressionou pela criação de uma plataforma digital para promover o cumprimento de regras no setor público.

A pontuação que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção caiu 6% desde 2021, provavelmente reflexo da crescente preocupação da população com o aumento dos preços de alimentos e combustíveis, e não com questões de corrupção.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Novos pedidos de impeachment contra Castillo e uma contínua instabilidade política.

O julgamento da líder opositora Keiko Fujimori por lavagem de dinheiro pode ocorrer este ano.

O processo de adesão do Peru à OCDE começou este ano e dará impulso a esforços para fortalecer as práticas de integridade.



REPÚBLICA DOMINICANA

5
RANKING

5.19

Pontuação 2022

4.38

Pontuação 2021

3.26

Pontuação 2020

n/a

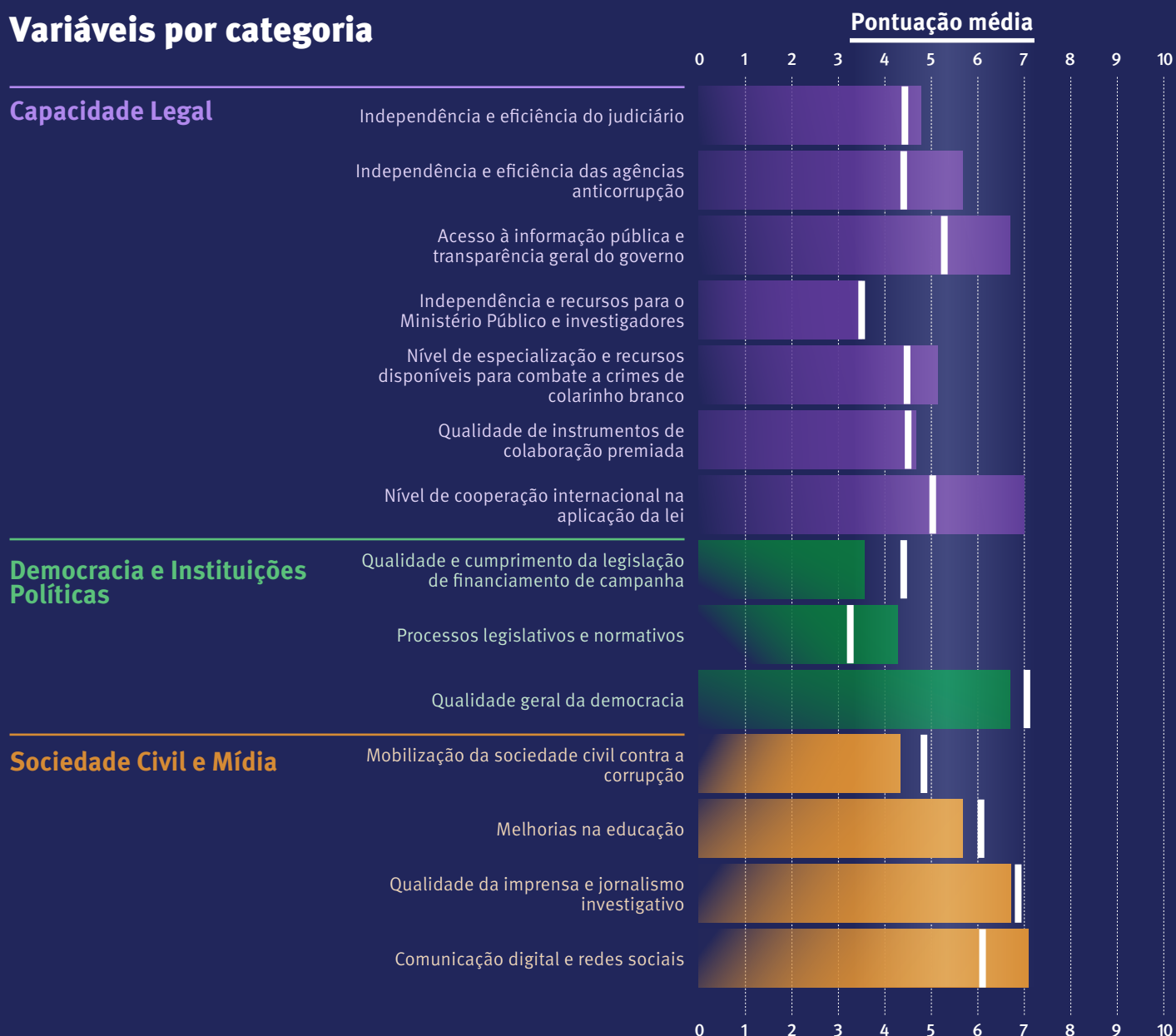
Pontuação 2019

5.23 Capacidade Legal

4.66 Democracia e Instituições Políticas

5.95 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





5
RANKING

REPÚBLICA DOMINICANA

A República Dominicana continuou sua ascensão no Índice CCC, subindo do 10º lugar em 2021 para o 5º lugar em 2022. A pontuação geral do país subiu 18% desde 2021, impulsionada pelo crescimento de 24% na categoria capacidade legal e um avanço significativo nas variáveis que avaliam as agências de combate à corrupção e a coordenação internacional. Esses ganhos refletem os esforços para combater a corrupção liderados pelo presidente Luis Abinader desde que assumiu o cargo em 2020. Seu governo propôs uma lei para promover a transparência em contratos públicos, instituiu programas de cumprimento de regras em instituições públicas, e promulgou uma lei para simplificar a burocracia.

Apesar dessas reformas, são necessários mais recursos para combater a corrupção, e a procuradora-geral solicitou que o Congresso dedique mais fundos ao Ministério Público. Ao longo do ano passado, as investigações de supostos casos de corrupção de alto nível, como a *Operación Coral* e a *Operación Antipulpo*, continuaram. Essas operações se concentraram principalmente em indivíduos com vínculos com o governo anterior, o que levou a acusações de motivação política. O governo de Abinader também investigou supostos atos de corrupção dentro de seu próprio governo. Abinader foi mencionado no vazamento de documentos Pandora Papers de outubro de 2021, que detalhou o uso de empresas em paraísos fiscais por líderes políticos, mas afirmou que sempre cumpriu suas obrigações fiscais.

A República Dominicana registrou um aumento significativo na variável que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção, um indicador de que a população continua exigindo o cumprimento de regras por autoridades governamentais e examinando ativamente os esforços de combate à corrupção do atual governo.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Uma potencial reforma constitucional poderia tornar a Procuradoria-Geral mais independente do poder executivo. Independentemente da possível reforma, a atual procuradora-geral é amplamente considerada independente.

Abinader apoiou um projeto de lei de recuperação de ativos para devolver ativos roubados do estado e ativos com origens ilícitas. O Congresso está debatendo o projeto de lei, que pode ser aprovado antes do final de 2022.

A Unidade de Análise Financeira está realizando uma avaliação nacional do risco de lavagem de dinheiro antes da próxima avaliação do país pela organização global Força-Tarefa de Ação Financeira.



ARGENTINA

6
RANKING

5.04

Pontuação 2022

5.16

Pontuação 2021

5.32

Pontuação 2020

5.33

Pontuação 2019

4.13 Capacidade Legal

6.01 Democracia e Instituições Políticas

7.23 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

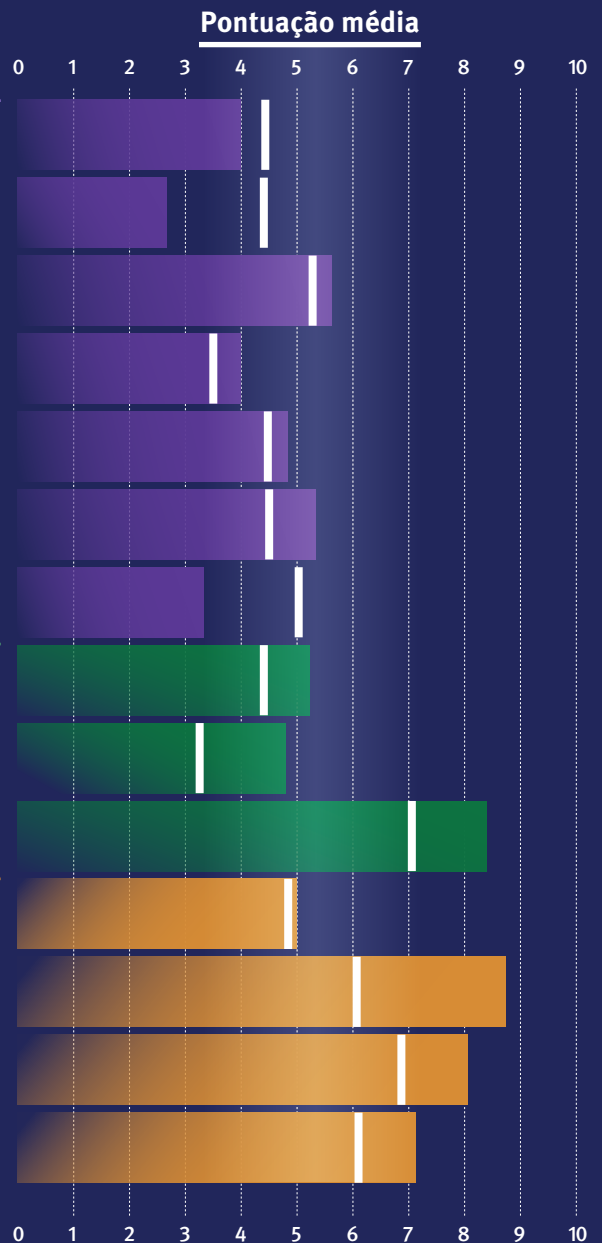
Sociedade Civil e Mídia

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais





6

RANKING

ARGENTINA

A pontuação geral da Argentina caiu 2% no índice, continuando a trajetória de queda dos últimos três anos, e levando o país da 5^a para a 6^a posição no ranking de 2022. A Argentina registrou ligeiros avanços em todas as categorias, exceto na capacidade legal, que teve um retrocesso de 8%. Sua pontuação na independência e eficiência das agências anticorrupção caiu pelo terceiro ano consecutivo, posicionando a Argentina em 12^a lugar nessa variável na região.

O progresso nos esforços anticorrupção permanece interrompido. Um pacote de reforma jurídica defendido pelo governo de Alberto Fernández está parado no Congresso.

Em 2019, o Escritório Anticorrupção começou a trabalhar em um registro de integridade e transparência (RITE) para unir grupos do setor público e privado, consolidar medidas de transparência e divulgar programas de cumprimento de regras. O projeto foi lançado este ano.

A Argentina registrou melhora na categoria sociedade civil e mídia, onde ocupa o segundo lugar na região, atrás apenas do Uruguai. As manifestações anticorrupção recentes organizadas tanto por grupos *kirchneristas* quanto pela oposição atraíram um grande número de participantes, sugerindo que o combate à corrupção pode ser uma questão central nas eleições gerais de 2023.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Reuniões para a elaboração participativa do Projeto de Lei de Integridade e Ética Pública do governo, que foram iniciadas em outubro de 2021, são abertas aos cidadãos argentinos. A lei tem a meta de reformar os padrões éticos e de responsabilidade pública para todos os ramos do governo.

O impacto do acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional anunciado em janeiro. Além das mudanças na política fiscal, o acordo exige que o governo argentino imponha regulamentos de combate à lavagem de dinheiro que se alinhem aos padrões internacionais.

A ex-presidente e atual vice-presidente Cristina Fernández de Kirchner é ré em várias investigações de corrupção, e um veredito no caso conhecido na Argentina como Vialidad possivelmente sairá em 2022. Kirchner negou irregularidades em todos os casos.



PANAMÁ

7
RANKING

4.96

Pontuação 2022

4.55

Pontuação 2021

4.17

Pontuação 2020

n/a

Pontuação 2019

4.62 Capacidade Legal

5.39 Democracia e Instituições Políticas

5.67 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

Sociedade Civil e Mídia

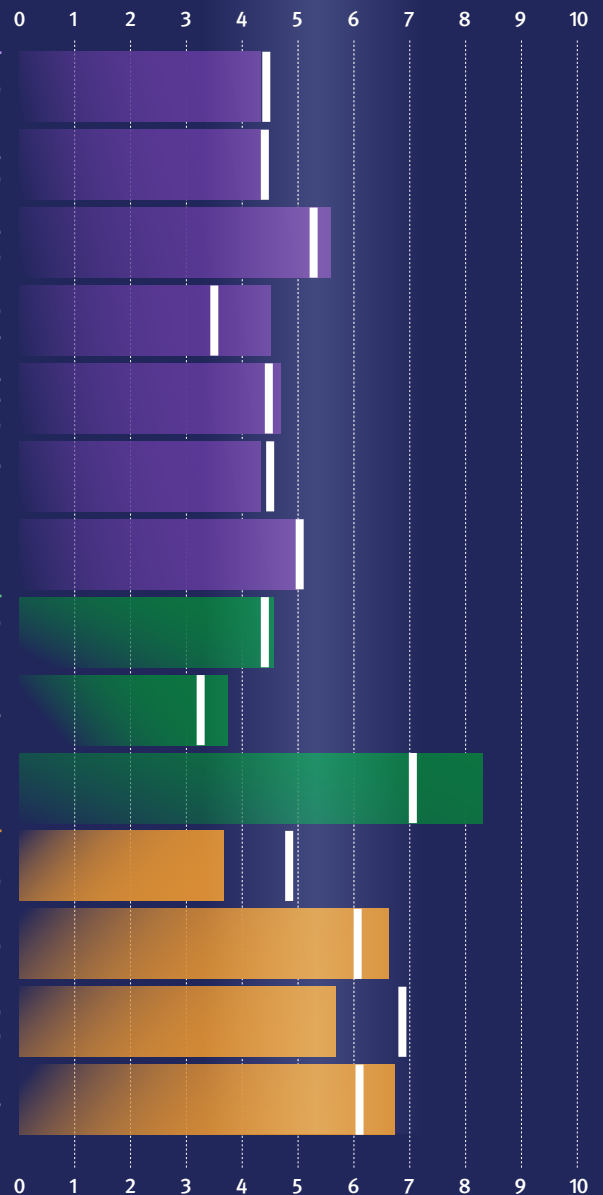
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Pontuação média





PANAMÁ

O Panamá registrou melhorias modestas e teve um crescimento de 9% em sua pontuação geral, passando do 9º lugar em 2021 para o 7º lugar em 2022. O país registrou pequenos avanços em todas as três categorias, fazendo maiores progressos nas variáveis que avaliam processos legislativos e normativos, comunicação digital e redes sociais e independência e eficiência das instituições jurídicas.

As autoridades panamenhas conduziram investigações em casos de corrupção de alto nível no ano passado, e há uma petição em andamento para destituir o prefeito da Cidade do Panamá. Em abril, a Justiça Eleitoral admitiu um pedido de cassação contra o prefeito, que é acusado de irregularidades administrativas, má gestão orçamentária e falta de transparência, o que ele negou. Em agosto de 2021, o governo deu um passo atrás em relação à transparência quando o presidente Laurentino Cortizo emitiu a Resolução 71, que restringe o acesso aos registros das discussões ou atividades dos ministros, do presidente e do vice-presidente por um período de dez anos.

Em março, o ex-presidente Ricardo Martinelli (2009-2014) recebeu uma proteção legal em casos relacionados ao seu suposto envolvimento em escândalos de corrupção, permitindo-lhe concorrer à presidência nas eleições de 2024. Martinelli rejeitou as acusações contra ele. Em maio, um tribunal dos Estados Unidos condenou dois dos filhos de Martinelli a 36 meses de prisão pela lavagem de US\$28 milhões em subornos da Odebrecht em benefício de um parente próximo, um funcionário público de alto escalão no Panamá.

A aplicação da ALD, o programa de prevenção à lavagem de dinheiro, é um desafio persistente para o Panamá. Em junho, a Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF), com sede em Paris, o órgão intergovernamental global de vigilância sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, decidiu manter o Panamá em sua lista cinza. Em fevereiro, a União Europeia manteve o Panamá em sua lista de países não cooperativos para fins tributários.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Uma decisão do STF sobre um pedido de recurso para declarar inconstitucional a Resolução 71, que limita o acesso a registros de reuniões e decisões do poder executivo.

O FATF declarou que, se o Panamá não completar o seu plano de ação antes de outubro de 2022, considerará solicitar às jurisdições que apliquem a devida diligência aprimorada às relações comerciais e transações com o Panamá.



COLÔMBIA

8
RANKING

4.87

Pontuação 2022

4.81

Pontuação 2021

5.18

Pontuação 2020

5.36

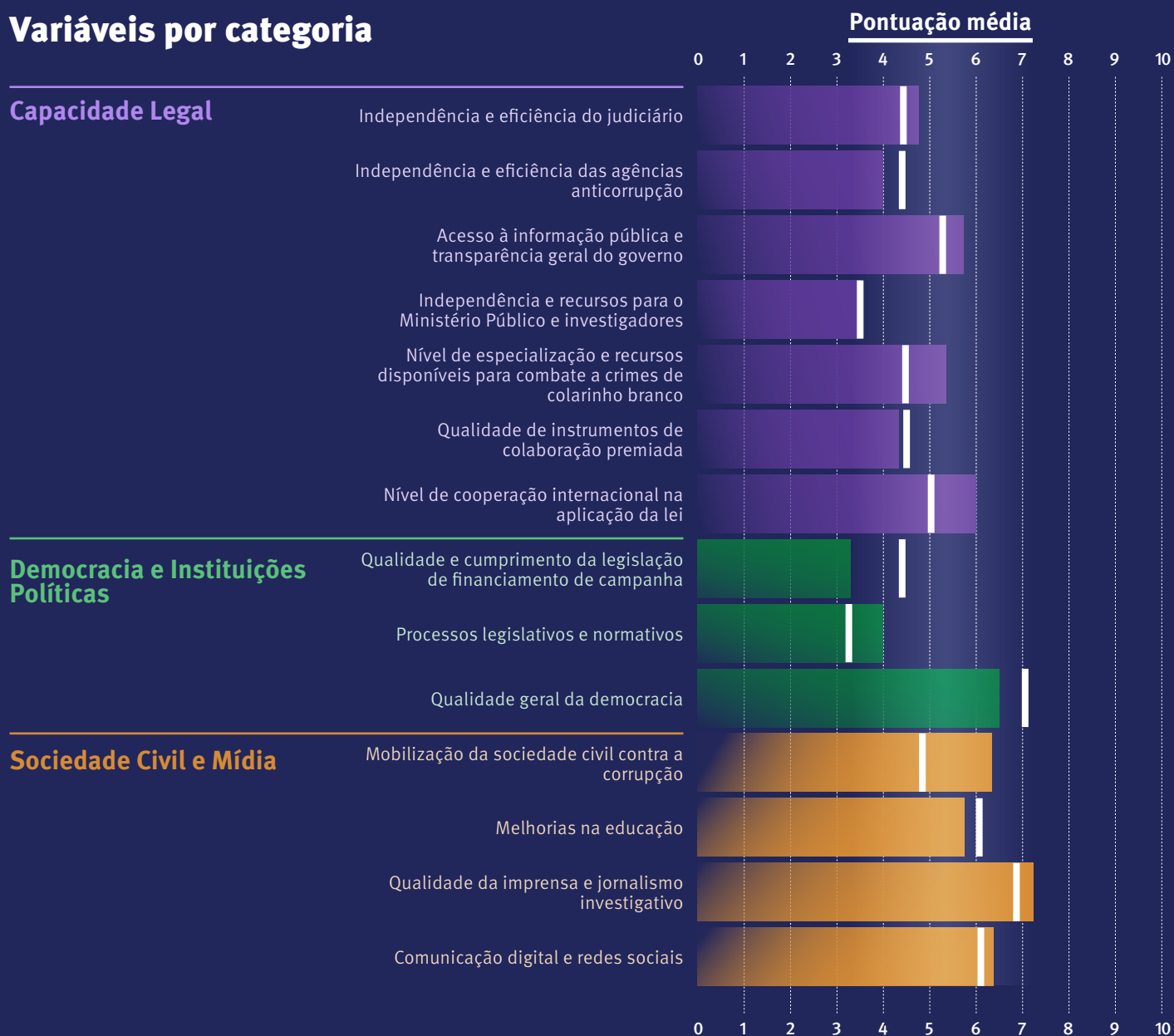
Pontuação 2019

4.69 Capacidade Legal

4.41 Democracia e Instituições Políticas

6.42 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





8

RANKING

COLÔMBIA

A pesar de uma pequena melhora em sua pontuação geral, a Colômbia desceu do 7º para o 8º lugar no Índice. O país avançou ligeiramente nas categorias sociedade civil e mídia e capacidade legal, mas recuou 6% na categoria democracia e instituições políticas, continuando a tendência de queda nessa categoria desde 2019 e ficando abaixo da média regional.

Na categoria capacidade legal, a Colômbia registrou um retrocesso de 20% na variável que avalia a independência dos órgãos anticorrupção. Durante o mandato do presidente Iván Duque, a independência das secretarias da Controladoria-Geral e da Procuradoria-Geral da República foi bastante questionada. Em janeiro, Duque sancionou um amplo projeto de lei anticorrupção que trata do papel das empresas privadas na facilitação e no combate à corrupção. As novas regras aumentam a probabilidade de que as empresas sejam alvo de investigações de corrupção, mas alguns observadores dizem que a lei não aborda adequadamente a influência de interesses especiais no governo ou fraquezas no sistema jurídico.

A Colômbia registrou queda de 21% na variável que avalia a qualidade da legislação de financiamento de campanha durante um ano eleitoral importante. Os colombianos elegeram um Congresso fragmentado em março, e a desconfiança da opinião pública em relação ao processo eleitoral cresceu em meio a acusações de fraude e pedidos de recontagem. A retórica de combate à corrupção tem sido usada em todo o espectro político nesta temporada eleitoral, refletindo a pressão dos cidadãos por reformas. A Colômbia apresentou uma melhora significativa na mobilização da sociedade civil contra a corrupção, continuando uma trajetória ascendente nessa variável desde 2019.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O presidente eleito da Colômbia, Gustavo Petro, propôs reformas anti-corrupção como legislação de proteção a delatores, orçamento participativo e maior supervisão sobre concorrências públicas. Petro também anunciou planos de criar um órgão no ministério público especializado em anti-corrupção e uma comissão internacional para investigar casos de corrupção já ocorridos.

Haverá um acompanhamento minucioso da nomeação de um novo controlador-geral pelo Congresso em agosto. O mandato de quem for eleito coincidirá com o do Petro.

Um projeto de lei que tramita no Congresso mudaria a forma como o procurador-geral é escolhido para aumentar a independência e autonomia desse órgão. Atualmente, o Supremo Tribunal escolhe o procurador-geral a partir de uma lista apresentada pelo presidente. Com essa reforma constitucional, o presidente selecionaria um candidato de uma lista elaborada pelo Supremo Tribunal Federal.



EQUADOR

9
RANKING

4.82

Pontuação 2022

4.77

Pontuação 2021

4.19

Pontuação 2020

n/a

Pontuação 2019

4.66 Capacidade Legal

4.72 Democracia e Instituições Políticas

5.70 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

Sociedade Civil e Mídia

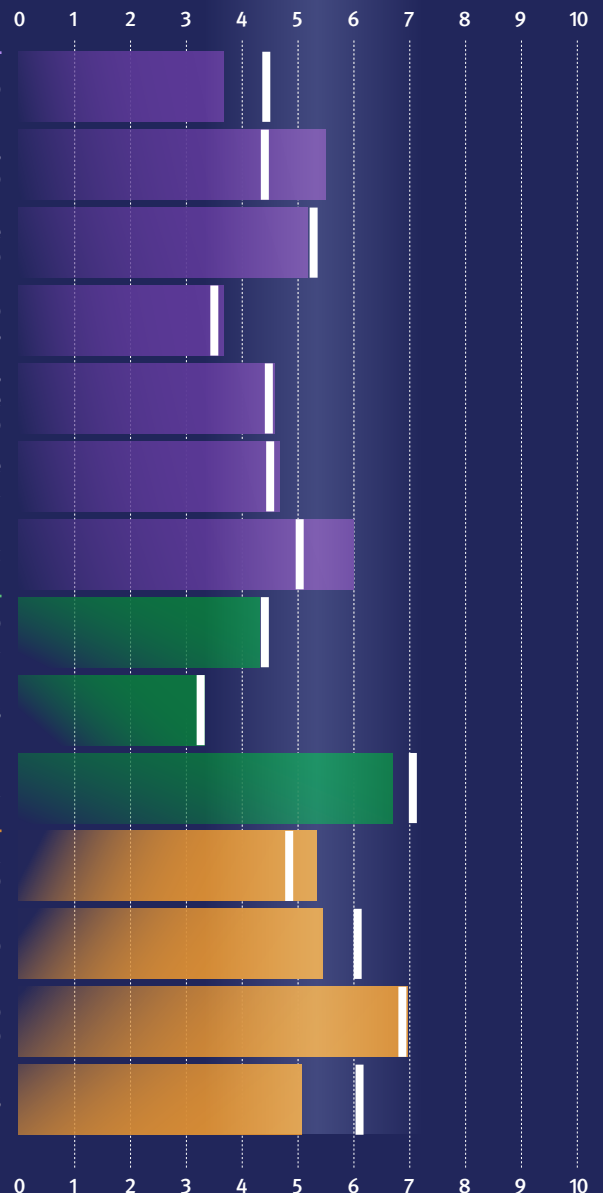
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Pontuação média





9

RANKING

EQUADOR

A pontuação geral do Equador ficou praticamente inalterada em relação a 2021, o que indica um ambiente de combate à corrupção estável desde que Guillermo Lasso assumiu a presidência em maio de 2021. O país registrou um crescimento moderado na categoria democracia e instituições políticas, reflexo de alguns esforços de Lasso para combater a corrupção. Entre eles, um decreto que regulamenta e restringe o nepotismo, o uso indevido de recursos públicos e os conflitos de interesse, além de uma nova unidade judiciária especializada no combate à corrupção e ao crime organizado.

Em maio, Lasso emitiu um decreto criando uma Secretaria de Combate à Corrupção que fará parte de seu gabinete e terá a tarefa de desenvolver uma estratégia nacional para combater a corrupção com foco principal na prevenção. Alguns críticos alertaram que tal grupo poderia conceder poder excessivo ao poder executivo. Lasso foi citado no vazamento de documentos Pandora Papers e afirmou que se livrou de investimentos legítimos no exterior antes das eleições.

O Equador subiu do 11º para o 5º lugar entre os países da região na variável que avalia o nível de cooperação internacional. Os Estados Unidos fortaleceram sua colaboração com o Equador em investigações de corrupção no ano passado em meio a uma onda de violência relacionada ao aumento do tráfico de drogas no Equador. Em julho de 2021, um ex-controlador-geral renunciou devido a alegações de ligações com o crime organizado e corrupção relacionadas à petrolífera estatal Petroecuador. Outro ex-controlador-geral foi indiciado nos EUA em março por acusações de lavagem de dinheiro ligadas a supostas propinas solicitadas à construtora Odebrecht.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

A nomeação de uma nova controladoria-geral pelo Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, que foi adiada de forma significativa.

É provável que as iniciativas de Lasso para combater a corrupção, incluindo seu esforço em favor de uma reforma do sistema jurídico, continuem enfrentando oposição na Assembleia Nacional.

O Tribunal Nacional de Justiça do Equador pediu a extradição do ex-presidente Rafael Correa da Bélgica. Em 2020, Correa foi condenado à revelia a oito anos de prisão por suposto suborno, e seus aliados sustentam que as ações legais contra ele são politicamente motivadas.

A divulgação, em dezembro, do relatório final da Força-Tarefa de Ação Financeira da América Latina sobre a eficiência dos sistemas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo do Equador.



BRASIL

10
RANKING

4.76

Pontuação 2022

5.07

Pontuação 2021

5.52

Pontuação 2020

6.14

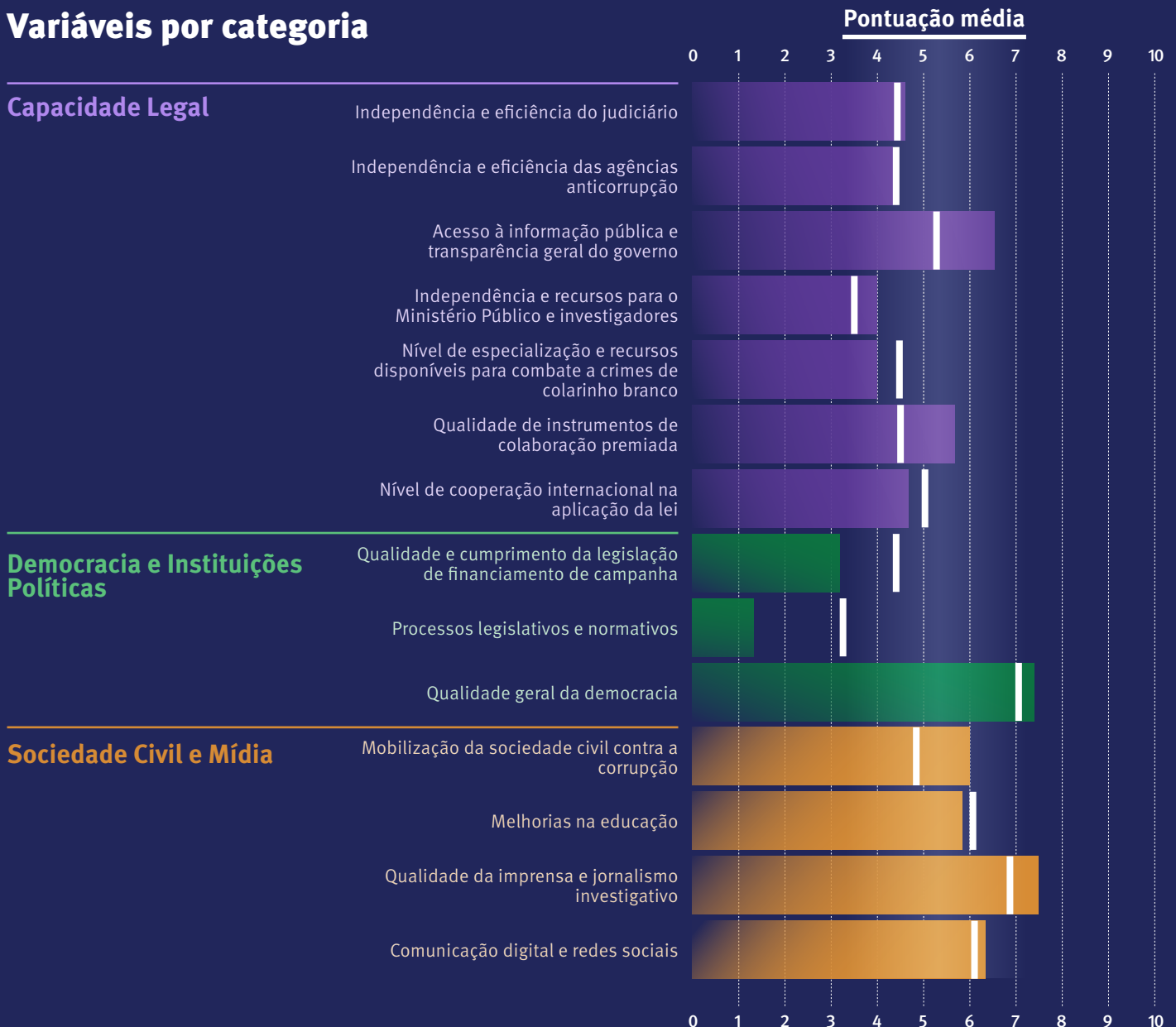
Pontuação 2019

4.73 Capacidade Legal

3.86 Democracia e Instituições Políticas

6.42 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





10

RANKING

BRASIL

Brasil recuou no Índice pelo terceiro ano consecutivo, indo do 6º lugar em 2021 para o 10º em 2022. A pontuação geral do país caiu 6% desde o ano passado e 22% desde 2019. A pontuação da capacidade legal do Brasil sofreu um declínio de quase 8%, mas o país ficou acima da média regional nessa categoria, indicando que os retrocessos dos últimos três anos não reverteram totalmente décadas de fortalecimento institucional.

O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral permanecem independentes do governo, apesar da escalada nas críticas públicas feitas a eles pelo presidente Jair Bolsonaro. A variável que avalia a independência e a eficiência das agências anticorrupção, no entanto, caiu quase 19%, já que Bolsonaro procurou consolidar o controle sobre os órgãos que investigam supostos casos de corrupção envolvendo seus aliados. Autoridades de dentro da Polícia Federal transferiram funcionários que estavam conduzindo estas investigações, e Bolsonaro nomeou seus aliados do Ministério Público Federal e outros órgãos para substituí-los. Agências anticorrupção independentes, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, sofreram cortes orçamentários, limitando sua capacidade de investigação e supervisão. Apesar de ter recursos limitados, a Controladoria-Geral da União (CGU) parece estar assumindo um papel mais proeminente no cumprimento e na negociação de acordos e resoluções em assuntos relacionados à corrupção. Organismos do governo e autoridades estão utilizando cada vez mais os processos administrativos de responsabilização (PAR) como mecanismo alternativo para resolver atos ilícitos abrangidos pela lei brasileira anticorrupção.

O Brasil registrou um declínio mais acentuado na variável que avalia processos legislativos e normativos, em meio a reportagens na imprensa sobre alocações do orçamento federal a aliados de Bolsonaro no Congresso feitas de forma não totalmente transparente. Mesmo com a polarização política em alta, a pontuação do Brasil na categoria sociedade civil e mídia permaneceu estável e superou a média regional. As ONGs e a imprensa permaneceram em grande parte independentes e revelaram escândalos de corrupção nos níveis federal, estadual e local.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

É pouco provável que reformas anticorrupção ocorram antes das eleições gerais de outubro. Os eleitores estão mais focados na inflação, desemprego e uma queda nos padrões de vida do que em ações de combate à corrupção. Os candidatos farão uso da retórica anticorrupção para criticar seus adversários, mas essa mensagem pode não ter o mesmo peso entre o eleitorado que o visto em 2018.

O resultado das eleições terá um impacto decisivo na capacidade do Brasil de combater a corrupção nos próximos anos.



PARAGUAI

11
RANKING

4.45
Pontuação 2022

4.08
Pontuação 2021

3.88
Pontuação 2020

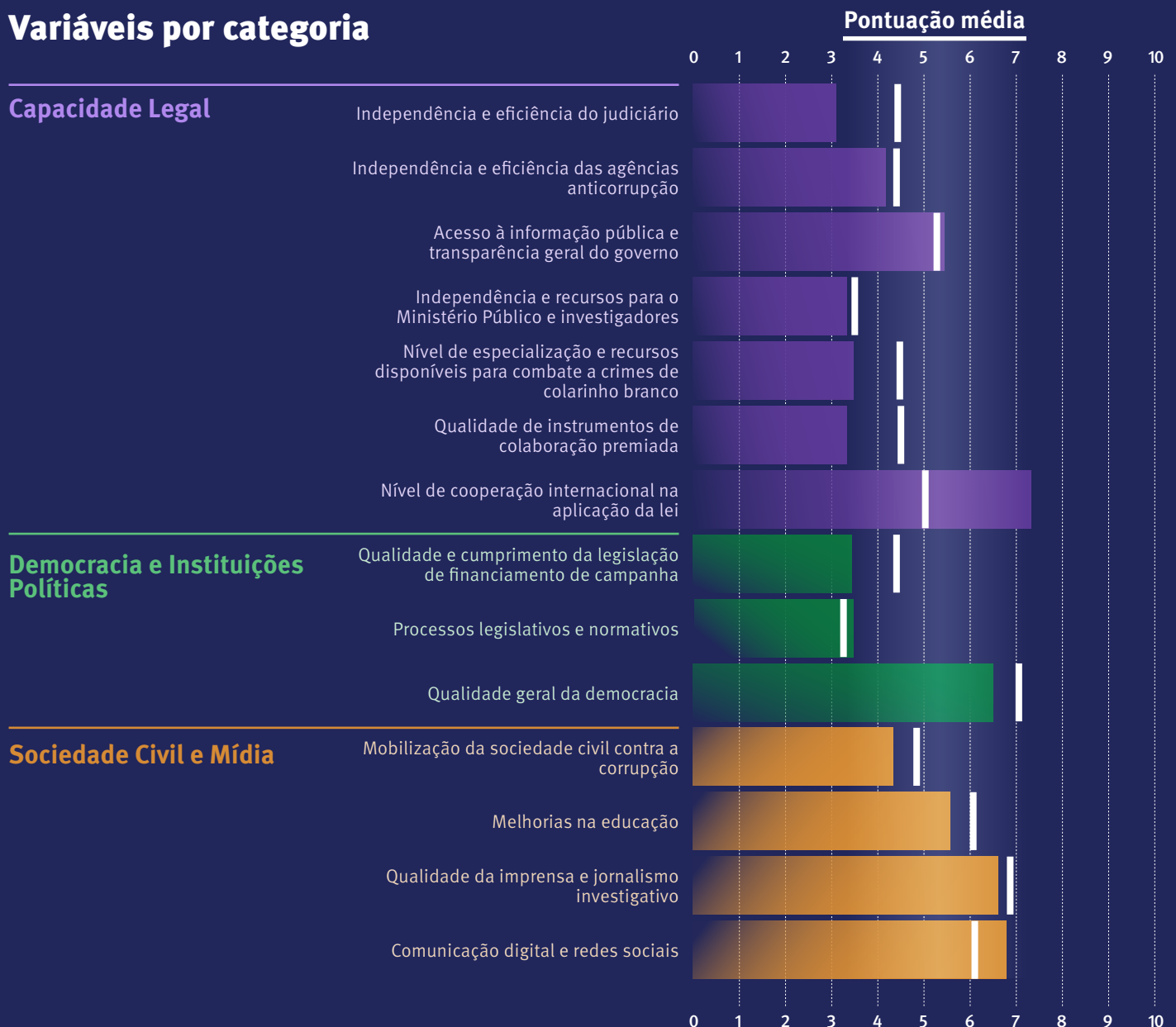
n/a
Pontuação 2019

4.17 Capacidade Legal

4.32 Democracia e Instituições Políticas

5.82 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





11

RANKING

PARAGUAI

Paraguai subiu do 12º para o 11º lugar no Índice em 2022. Sua pontuação geral manteve uma trajetória ascendente pelo segundo ano consecutivo e aumentou 9% em 2022. O Paraguai registrou uma melhora de 13% na categoria capacidade legal, passando de 13º para 10º lugar no ranking em toda a região. Dentro desta categoria, o país teve um forte aumento na variável que avalia o nível de cooperação internacional.

O Paraguai é um ponto central de distribuição de cocaína na América do Sul e, recentemente, lançou operações internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas que levaram a prisões importantes e à apreensão de cocaína e outros produtos. Entre elas está a operação TURF, executada em conjunto com o Brasil e a Europol, e A Ultranza PY, em coordenação com o Uruguai, a Europol e a DEA, a agência antidrogas dos Estados Unidos.

Apesar desses ganhos, o Paraguai continua entre os países com pior desempenho no índice, e a politização das instituições jurídicas é vista como um desafio persistente. Negociações políticas em outubro de 2021 sobre a nomeação de novos ministros para o Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal Eleitoral reforçam essa tendência. Em fevereiro, a Procuradoria-Geral da República anunciou uma investigação contra o ex-presidente Horacio Cartes (2013-2018) relacionada a uma suposta lavagem de dinheiro e movimentação de cigarros contrabandeados.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Os resultados da revisão da Força-Tarefa de Ação Financeira da América Latina do Paraguai, que é fundamental para as credenciais internacionais de combate à lavagem de dinheiro do país, são esperados para julho deste ano.

Desenvolvimentos na operação A Ultranza PY, que podem expor figuras-chave do país.

A corrupção e a lavagem de dinheiro provavelmente serão questões-chave da campanha durante as primárias de 2022 e as eleições gerais em abril de 2023, quando os paraguaios elegerão presidente, deputados, senadores, governadores e outras autoridades regionais.



MÉXICO

12
RANKING

4.05

Pontuação 2022

4.25

Pontuação 2021

4.55

Pontuação 2020

4.65

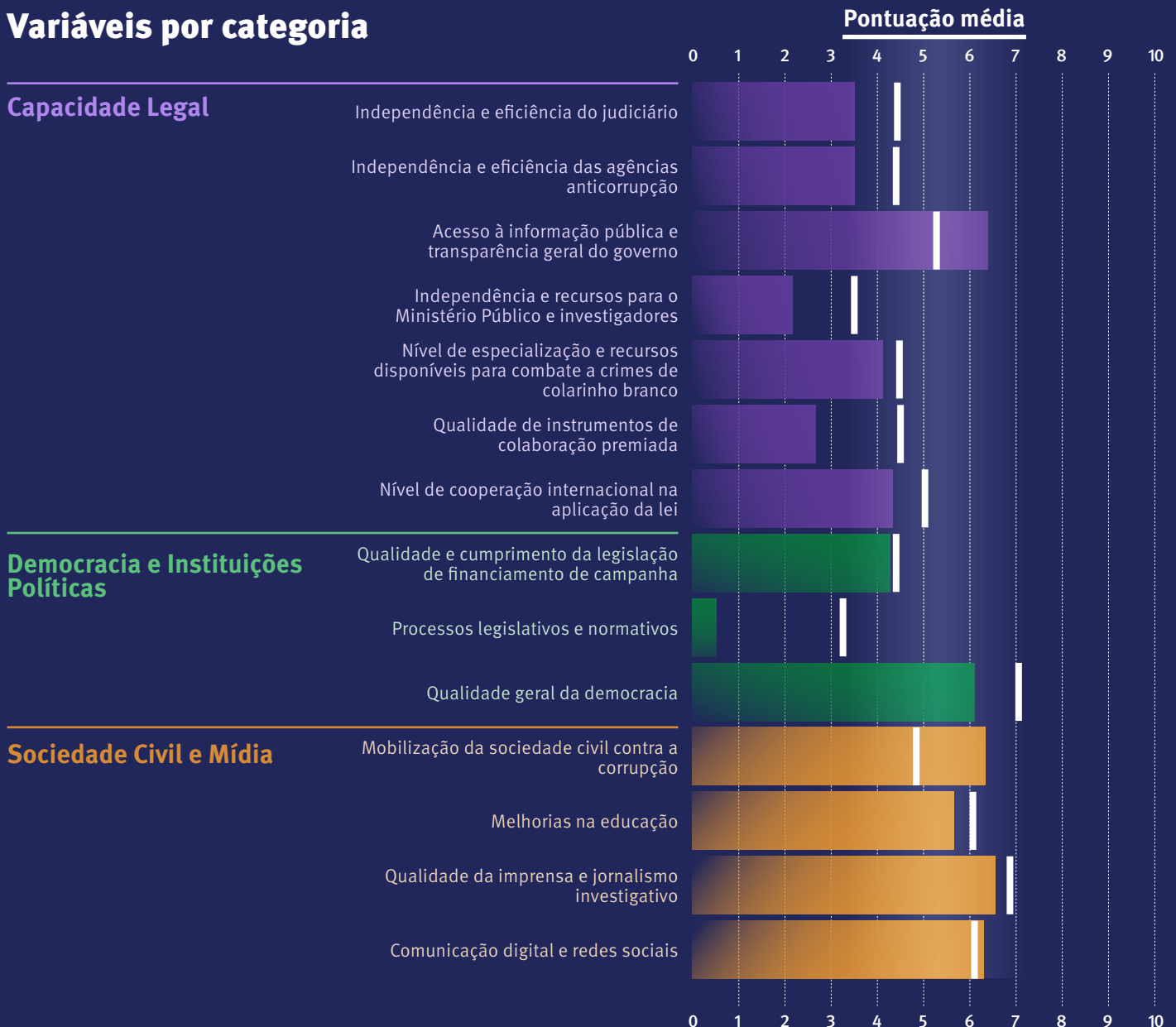
Pontuação 2019

3.68 Capacidade Legal

3.72 Democracia e Instituições Políticas

6.22 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





12

RANKING

MÉXICO

O México caiu do 11º para o 12º lugar no Índice, e sua pontuação geral continuou numa tendência de queda, recuando quase 5% em 2022 e 13% desde 2019. O país sofreu reverses em todas as categorias, mas o declínio mais acentuado foi visto na área de democracia e instituições políticas. Nessa categoria, o México registrou uma queda acentuada na variável de avaliação de processos legislativos e normativos, refletindo uma percepção de que o governo liderou esforços para interferir em questões legislativas e judiciárias.

O Presidente Andrés Manuel López Obrador (conhecido como AMLO) tem feito críticas cada vez mais frequentes ao judiciário e instituições públicas independentes, incluindo o Instituto Nacional Eleitoral (INE), a Comissão Federal de Concorrência Econômica (COFECE) e o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (INAI). Em abril, AMLO propôs uma reforma constitucional que reduziria o número de legisladores e eliminaria o INE, que seria substituído por uma nova autoridade eleitoral que elegeria seus membros por voto popular.

O México fica atrás da média regional na variável que avalia a eficiência e independência das agências anticorrupção que, segundo alguns observadores, têm sido usadas para ganho pessoal ou são alvo de nomeações por motivos políticos. O número de contratos estatais concedidos diretamente sem concorrência está aumentando, e as forças armadas—que não estão sujeitas aos mesmos padrões de investigação e transparência das agências civis—estão cada vez mais participando de projetos de infraestrutura considerados chave.

No ano passado, AMLO intensificou suas críticas às organizações da sociedade civil e à imprensa em meio a revelações de supostos conflitos de interesse e corrupção envolvendo parentes e aliados do presidente, acusações que eles negam. O México registrou um recuo em sua pontuação de mobilização da sociedade civil contra a corrupção, mas permaneceu acima da média regional.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O presidente afirmou que pretende eliminar a Secretaria Executiva do Sistema Nacional Anticorrupção, o que afetaria os esforços institucionais de combate à corrupção.

O Congresso votará uma proposta presidencial para tornar seu Ministério da Administração Pública (a SFP), uma importante instituição anticorrupção, responsável tanto pelas compras governamentais quanto pela supervisão dos gastos públicos. Isso poderia prejudicar a transparência e a prestação de contas, já que a SFP auditará a si mesma em vez de órgãos autônomos que supervisionam os gastos públicos.



GUATEMALA

13
RANKING

3.38

Pontuação 2022

3.84

Pontuação 2021

4.04

Pontuação 2020

4.55

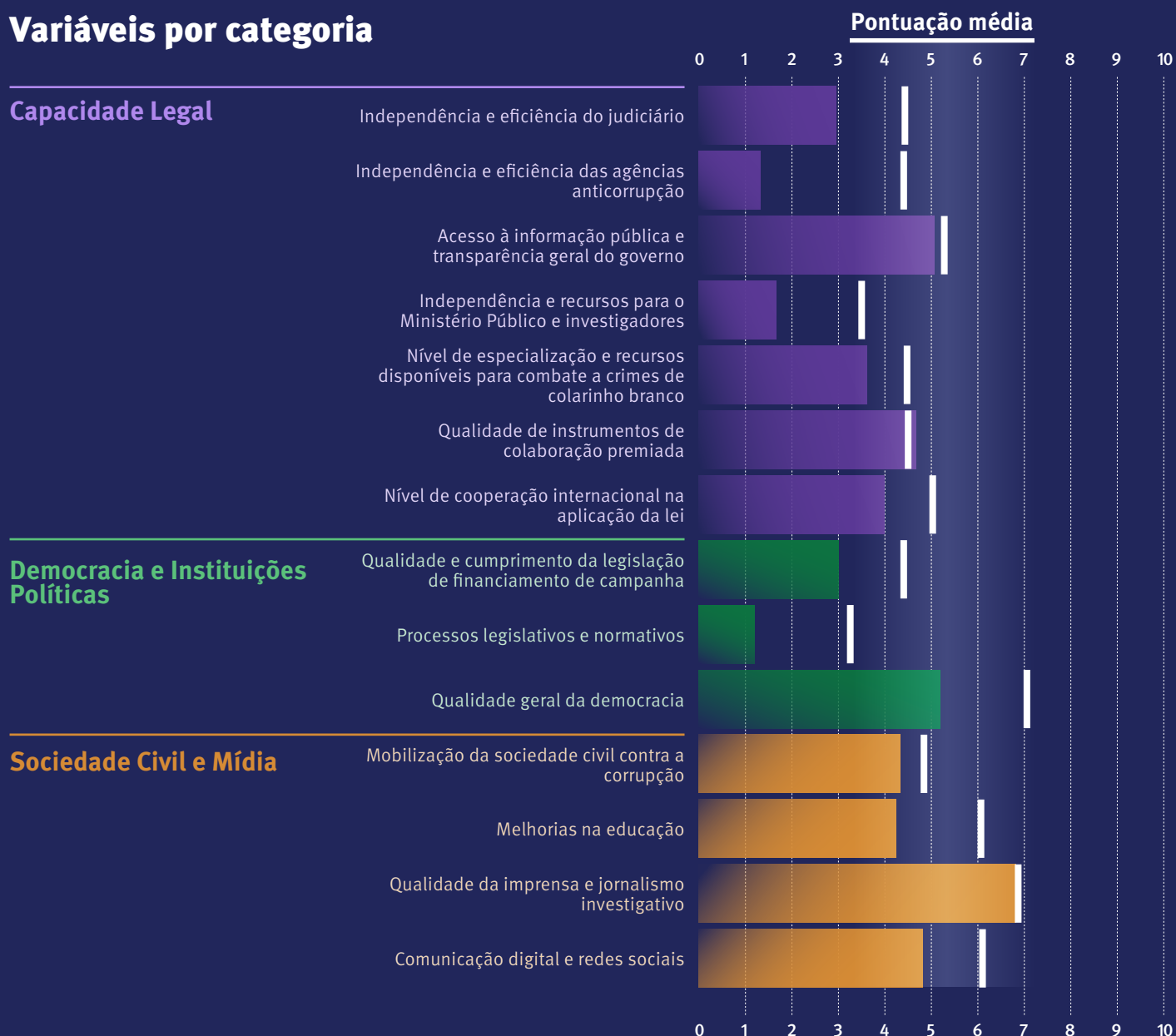
Pontuação 2019

3.09 Capacidade Legal

3.11 Democracia e Instituições Políticas

5.05 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





13

RANKING

GUATEMALA

A pontuação geral da Guatemala caiu quase 12% em relação ao ano anterior e o país permaneceu em 13º lugar, ficando à frente apenas da Bolívia e da Venezuela. O país sofreu reveses nas três categorias, mas o mais significativo foi uma queda de 17% na capacidade legal, que vem em trajetória descendente desde 2019.

A Guatemala experimentou declínios particularmente acentuados nas variáveis que avaliam as agências de combate à corrupção e a independência do Ministério Público, um reflexo de ações recentes do governo do presidente Alejandro Giammattei. Liderado pela procuradora-geral Consuelo Porras, o Ministério Público (MP) obstruiu e demitiu funcionários que conduziam investigações em casos de corrupção. Em 2021, os EUA adicionaram Porras à Lista Engel de atores corruptos e sancionaram autoridades guatemaltecas de alto nível por supostos atos de corrupção. Após pressão institucional e ameaças à sua segurança, várias figuras proeminentes no combate à corrupção fugiram da Guatemala no ano passado. Em julho de 2021, Juan Francisco Sandoval, chefe da Unidade Anticorrupção (FECI), órgão do MP, foi demitido e agora está exilado nos EUA. Ele investigava casos de corrupção envolvendo políticos de peso, incluindo Giammattei, acusado de ter aceitado subornos e financiamento ilícito para sua campanha presidencial de 2019. O presidente negou ambas as acusações.

O país também viu uma redução na mobilização da sociedade civil contra a corrupção. Embora manifestações antigovernamentais tenham ocorrido periodicamente, elas não levaram a melhorias significativas no ambiente de combate à corrupção.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

A vontade política de lidar com a corrupção sistêmica entre atores de alto nível pode permanecer limitada, mesmo que a comunidade internacional, particularmente os EUA e a União Europeia, continue a pressionar o governo. Isso provavelmente resultará em sanções adicionais relacionadas à corrupção contra autoridades no alto escalão do governo.

Outros promotores e juízes proeminentes no combate à corrupção podem fugir da Guatemala devido à pressão institucional e ameaças à segurança.

Esquemas ilícitos de financiamento de campanha provavelmente serão articulados antes das eleições gerais de junho de 2023. Reformas anticorrupção significativas durante a temporada de campanha são improváveis.



BOLÍVIA

14
RANKING

2.57
Pontuação 2022

2.43
Pontuação 2021

2.71
Pontuação 2020

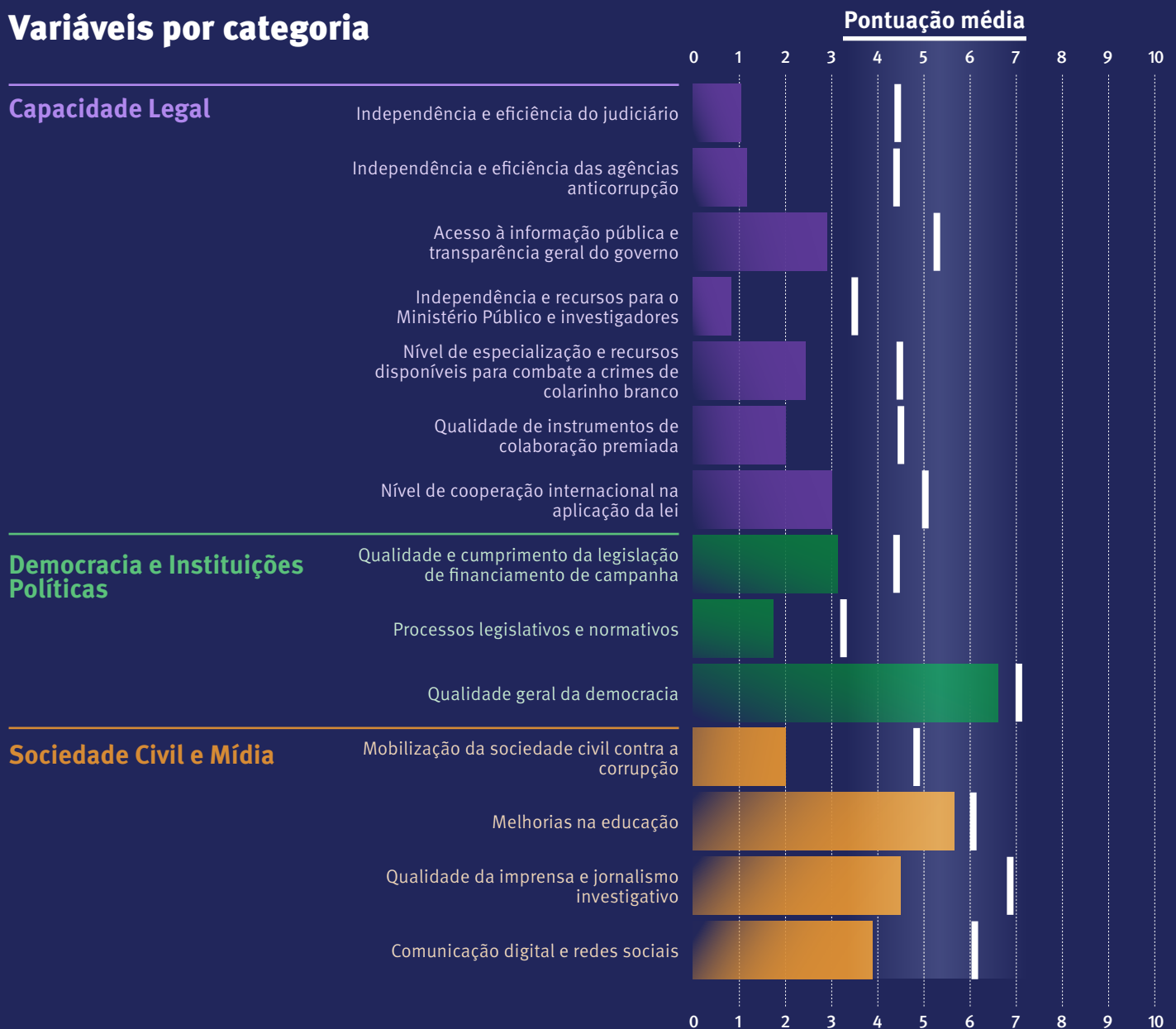
n/a
Pontuação 2019

1.75 Capacidade Legal

3.72 Democracia e Instituições Políticas

4.01 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





14

RANKING

BOLÍVIA

Como tem ocorrido desde 2020, a Bolívia ficou acima apenas da Venezuela no Índice CCC. Houve ganhos modestos nas categorias de capacidade legal e sociedade civil e mídia, embora a Bolívia ainda ocupe a 14^a e 15^a posições nessas categorias, respectivamente. A Bolívia registrou um declínio de quase 7% na categoria democracia e instituições políticas, um reflexo das tensões entre a oposição e membros do partido Movimento ao Socialismo (MAS). Os críticos observaram que o uso politicamente motivado do judiciário continuou durante o mandato do presidente Luis Arce.

A Bolívia manteve o 14^o lugar na variável que avalia a independência e eficiência do judiciário. Em agosto de 2021, um grupo de especialistas convocado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para investigar a violência do fim de 2019 relatou “graves deficiências do Estado” no esforço de garantir a independência do judiciário. O governo boliviano assinou um acordo com a CIDH em março para implementar suas recomendações, incluindo reformas jurídicas.

A Bolívia registrou crescimento significativo na variável que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção. Em novembro de 2021, houve protestos em massa contra uma lei destinada a combater a lavagem de dinheiro. Críticos diziam que a lei teria concedido poder excessivo ao poder executivo, e ela acabou sendo revogada no fim daquele mês. Durante o primeiro trimestre de 2022, os principais centros urbanos foram palco de protestos contra a impunidade no sistema jurídico relacionados a casos de feminicídio e estupro, depois que autoridades supostamente corruptas do setor judiciário outorgaram liberdade a autores desses crimes.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Atrasos na implementação das reformas jurídicas recomendadas pela CIDH. Arce anunciou uma Cúpula Nacional de Justiça para iniciar as discussões sobre essa reforma, mas a Cúpula foi adiada duas vezes até agora este ano.

Em junho, um tribunal boliviano considerou a ex-Presidente interina Jeanine Áñez culpada por tomar “decisões contrárias à Constituição” e a condenou a 10 anos de prisão. Áñez, que sucedeu o ex-Presidente Evo Morales quando este renunciou em 2019, nega as acusações de sedição e terrorismo feitas contra ela. Após sua prisão, a União Europeia e os Estados Unidos criticaram o que descrevem como a politização do judiciário boliviano e a organização Human Rights Watch demonstrou preocupação com a forma como o caso estava sendo conduzido. A defesa de Áñez disse que vai apelar a organizações internacionais em busca de justiça.



VENEZUELA

15
RANKING

1.63

Pontuação 2022

1.40

Pontuação 2021

1.52

Pontuação 2020

1.71

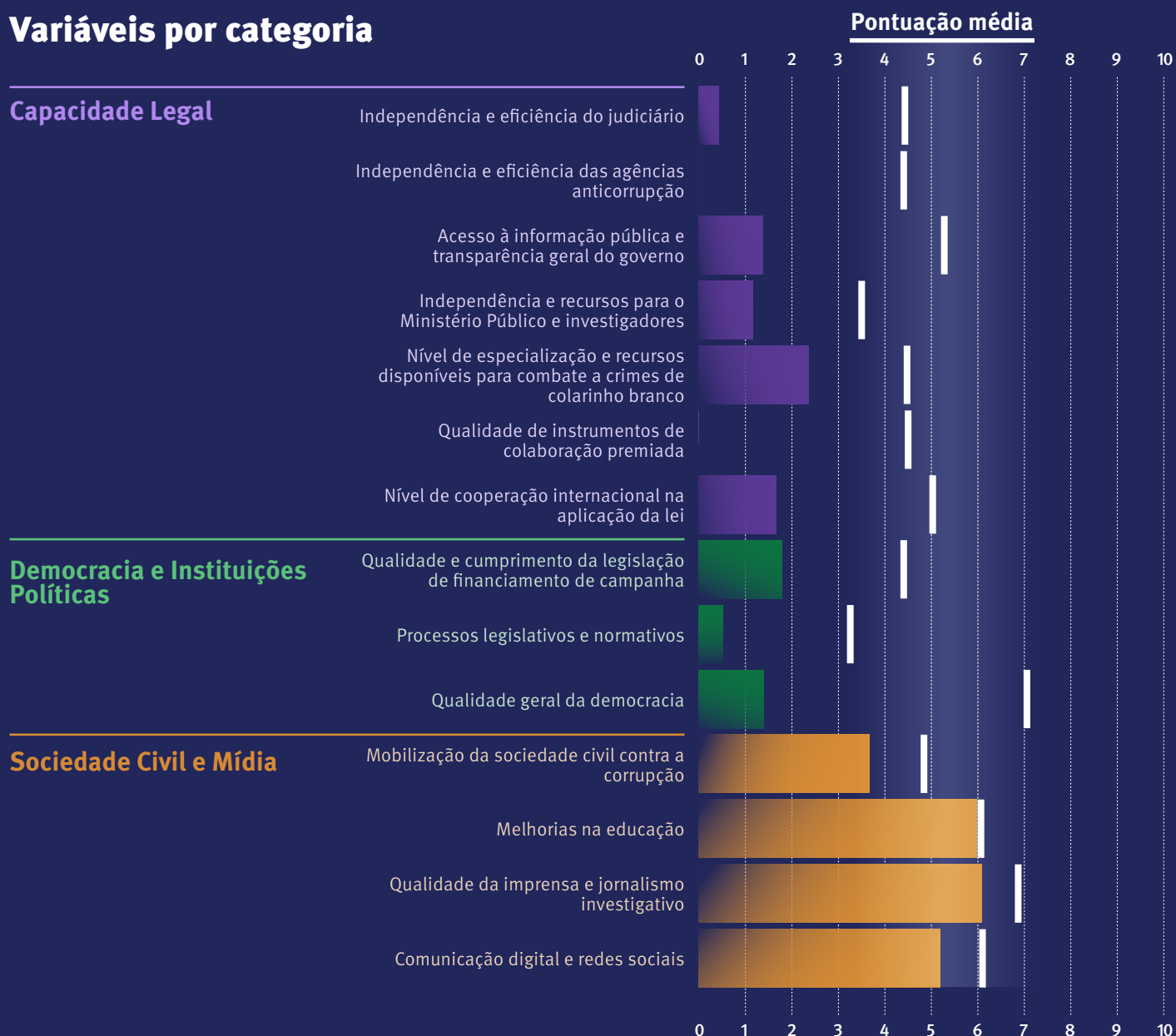
Pontuação 2019

0.92 Capacidade Legal

1.32 Democracia e Instituições Políticas

5.23 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





15
RANKING

VENEZUELA

A Venezuela permaneceu em último lugar em 2022 e continua muito atrás de outros países cobertos pelo índice. Sua pontuação geral subiu moderadamente desde 2021, embora a partir de uma base de comparação muito baixa. continua sendo um ponto fora da curva no Índice CCC e ficou no último lugar pelo terceiro ano consecutivo. O Índice CCC avalia o regime *de facto* do ditador Nicolás Maduro, não o governo interino *de jure* reconhecido por alguns integrantes da comunidade internacional. Um aumento de 37% na variável que avalia as comunicações digitais e redes sociais contribuiu para essa modesta melhora geral, refletindo a crescente diversidade e sofisticação dos meios de comunicação digital, que continuam a denunciar a corrupção estatal.

O aumento da pontuação na categoria democracia e instituições políticas (a partir de uma base muito baixa) reflete em parte a nomeação de dois membros independentes para o Conselho Nacional Eleitoral em maio de 2021, antes das eleições regionais de novembro de 2021. Mas as limitações dessa medida ficaram claras quando o Tribunal Supremo de Justiça, controlada por aliados de Maduro, invalidou uma aparente vitória da oposição no estado de Barinas. O tribunal deu ordem para uma nova eleição em janeiro de 2022, e o mesmo candidato de oposição venceu.

Apesar de um aumento marginal em relação a 2021, a pontuação da Venezuela na categoria capacidade legal permanece 28% abaixo do nível de 2019. A independência do judiciário foi abalada pela nomeação de novos juízes do Tribunal Supremo de Justiça em abril. Aproveitando-se de uma reforma da Lei Orgânica do Tribunal Supremo de Justiça em janeiro, Maduro nomeou uma aliada próxima como presidenta do TSJ.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O governo de Maduro é alvo crescente de investigações de organizações internacionais. Em 2021, a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU sobre a Venezuela divulgou um relatório sobre a deterioração da democracia e do estado de direito. Em novembro passado, o Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou a abertura de uma investigação sobre violações de direitos humanos e possíveis crimes contra a humanidade cometidos por altos funcionários do regime de Maduro. Em março deste ano, o promotor do TPI anunciou que o Tribunal abriria um escritório em Caracas para continuar a investigação.

As negociações entre o regime de Maduro e a oposição podem ser retomadas depois de negociações na Cidade do México em agosto do ano passado, embora um acordo sobre reformas políticas que melhorem significativamente os mecanismos anticorrupção seja considerado improvável.

METODOLOGIA

ESTRUTURA DA PESQUISA

O Índice CCC abrange diferentes aspectos do ambiente anticorrupção em um grupo de países—desde a independência do judiciário e das agências de segurança pública até a qualidade da legislação sobre lobby e o financiamento de campanhas. A pontuação geral do Índice CCC é composta por três categorias:

- Capacidade legal (I)
- Democracia e instituições políticas (II); e
- Sociedade civil e mídia (III).

Essas categorias, por sua vez, são divididas nas seguintes 14 variáveis:

CAPACIDADE LEGAL

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

SOCIEDADE CIVIL E MÍDIA

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Coletivamente, essas 14 variáveis fornecem uma visão abrangente e detalhada do ambiente anticorrupção dos países — ou seja, sua capacidade de detectar, punir e deter a corrupção. Entendemos que as 14 variáveis influenciam de forma diferente a capacidade de cada país de combater a corrupção, portanto, as mesmas recebem pesos diferentes na pontuação para refletir essa realidade. Por exemplo, consideramos a independência e a eficiência do judiciário mais críticas do que o livre fluxo de informações nas redes sociais. Consequentemente, as duas primeiras variáveis tem maior peso na pontuação do Índice CCC.

COLETA DE DADOS

Os dados inseridos no modelo do índice foram extraídos de duas fontes: dados publicamente disponíveis gerados ou coletados por instituições renomadas e um levantamento exclusivo feito com especialistas da Control Risks e outros profissionais líderes na área de combate à corrupção na região.

OS DADOS PÚBLICOS UTILIZADOS PARA O ÍNDICE FORAM EXTRAÍDOS DAS SEGUINTE INSTITUIÇÕES

Basel Institute on Governance

Freedom House

Harvard Electoral Integrity Project

International IDEA

International Budget Partnership

Newzoo Global Mobile Market Report

Repórteres sem Fronteiras

UNESCO

Banco Mundial

Fórum Econômico Mundial

Projeto de Justiça Mundial

O Índice se baseia nos dados mais recentes disponíveis dessas instituições. Alguns dados da UNESCO e do Fórum Econômico Mundial não foram atualizados ao longo do último ano. Nesses casos, usamos os mesmos dados utilizados no índice CCC de 2021. Por causa disso, os resultados do levantamento tiveram um peso relativo maior na determinação dos resultados nas pontuações dos países em 2022. Em alguns casos, foram extraídos apenas pontos específicos de um conjunto de dados — por exemplo, o índice usa apenas o fator Governo Aberto do banco de dados do Projeto de Justiça Mundial e apenas a variável de financiamento de campanha no repositório do Harvard Electoral Integrity Project.

Além dos dados disponíveis publicamente, conduzimos um levantamento com especialistas no combate à corrupção que trabalham na região. O

questionário da pesquisa tem dois propósitos. Em primeiro lugar, complementar os dados disponíveis publicamente, que por si só não cobrem de forma abrangente todas as áreas que pretendíamos avaliar. E, em segundo lugar, reunir informações mais específicas e detalhadas não disponíveis no domínio público. O resultado final é uma metodologia híbrida de dados “concretos” e resultados da pesquisa junto a especialistas, garantindo a flexibilidade e precisão necessárias para realização da análise.

Como na edição 2021, consultamos três especialistas por país – um analista da Control Risks e dois analistas independentes – comparado com dois especialistas consultados na edição de 2019. Com a vantagem de ter um especialista adicional, pudemos identificar fatores considerados “pontos fora da curva”: quando um especialista divergia significativamente dos outros dois (em mais de dois pontos), convidamos esse especialista a esclarecer a linha de raciocínio por trás da resposta fornecida.

Com mais dados de pesquisa, também pudemos realizar melhores comparações regionais para detectar anomalias. Por exemplo, analisamos a correlação entre dados “concretos” e os dados do levantamento e selecionamos os casos com grandes divergências para uma análise mais detalhada.

A pesquisa foi realizada entre meados de março e meados de abril e incluiu os seguintes especialistas: Mauricio Alarcón Salvador (Fundación Ciudadanía y Desarrollo), Daphne Álvarez Villa (Fedesarrollo), Fabiano Angélico (Università della Svizzera italiana), David Arellano-Gault (Centro de Investigación y Docencia Económicas- CIDE), Erika Brockmann (consultora independente), Miguel Carter (DEMOS- Centro para la Democracia, la Creatividad y la Inclusión Social), Marielos Chang (Universidad del Valle de Guatemala), María Lorena Cummings (MLC & Co. Legal and Compliance), Mercedes De Freitas (Transparencia Venezuela), Camilo A. Enciso Vanegas (Anticorruption Institute), María Laura Escuder (consultora independente), Hazel Feigenblatt (Institute for War & Peace Reporting), María Paula Garat (Universidad Católica del Uruguay), María Jaraquemada (advogada), Mariana Labastie (Instituto de Comunicación y Desarrollo), Eduardo Mello (Fundação Getúlio Vargas), Gustavo L. Morales Oliver (Marval, O’Farrell Mairal), Carolina Muñoz (According2Law), Alfredo Ortega Franco (Universidad Rafael Landívar), Bonnie J. Palifka (Tecnológico de Monterrey), Carlos Aníbal Peris Castiglioni (Universidad Nacional de Asunción), Cristián Pliscoff (Pontificia Universidad Católica de Chile), Denisse Rodriguez-Olivari, (Humboldt University Berlin), Paola Romero Arnó (Certeza Group), Lindsay Sykes (PPO Abogados), Simeon Tegel (jornalista e analista), Camila Ulloa Torres (Grupo FARO), Ana Carolina Ureña Adames (LOVILL), y Geovanny Vicente-Romero (Inter-American Institute on Justice and Sustainability). Um especialista externo — um analista sênior especializado em anticorrupção que trabalha na Venezuela — pediu para não ser identificado. Entre os analistas da Control Risks que participaram estão Silvana Amaya, Mário Braga, Gabriel Brasil, Theodore Kahn, Leandro Lima, Claudia Navas, Ani de la Quintana, Alejandra Soto, Valeria Vásquez e Alan Zamayoa.

Os especialistas mencionados não concordam necessariamente com todas as conclusões e opiniões expressas neste relatório.

LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Todos os índices que medem o comportamento humano são imperfeitos, pois nunca podem capturar todos os elementos de um determinado fenômeno. O Índice CCC é necessariamente uma representação parcial, com base no modelo discutido acima, com 14 variáveis baseadas em dados limitados de domínio público e exclusivos do levantamento. O modelo do índice tem algumas limitações, incluindo subjetividade, sobreposição e endogeneidade (uma relação causal entre algumas das variáveis). Os questionários enviados aos especialistas de cada país foram formulados de forma tão factual quanto possível, mas algum grau de subjetividade inevitavelmente foi mantido. Para reduzir a subjetividade, aplicamos uma análise rigorosa para testar a consistência das respostas e solicitamos que os especialistas interpretassem e comparassem os dados com médias regionais. A sobreposição está relacionada ao fato de que algumas variáveis incluem os mesmos elementos: por exemplo, a pontuação da Freedom House também inclui medidas de independência jurídica. Quanto à endogeneidade, embora reconheçamos que possa estar presente na metodologia, concluímos que ela não prejudica a consistência dos resultados. As mesmas variáveis, usando as mesmas fontes de dados, foram analisadas para todos os países, de modo que qualquer endogeneidade afetaria todos os países basicamente da mesma maneira. Por último, mas não menos importante, é impossível analisar todos os elementos que afetam a capacidade de um país de combater a corrupção. Seleccionamos 14 variáveis que cobrem uma ampla gama de tópicos que consideramos como os principais elementos que moldam o ambiente anticorrupção. Mas alguns aspectos podem ter sido deixados de fora. Nos casos em que acreditávamos que isso seria uma limitação, destacamos esse fator no perfil do país.

AGRADECIMENTOS

O Índice CCC é o resultado do trabalho de mais de cinquenta pessoas e queremos agradecer a todos. A Gerente de Política Emilie Sweigart ajudou na execução do projeto e na redação do relatório. Os Assistentes de Pesquisa Ezequiel González Camaño e Martina Graña contribuíram com o processo de redação. O Diretor de Arte Donald Partyka responde pelo design do relatório e a visualização digital de dados. A Gerente Senior de Relações com a Mídia Pía Fuentealba ajudou na divulgação e promoção do Índice.

O diretor da Control Risks Gavin Strong contribuiu observações valiosas e coordenou as respostas dos especialistas da organização. Stefany Shigaeff, Consultora, liderou a análise de dados, preenchendo a crescente base de dados do índice CCC e tabulando os dados que informam o relatório. Kate Rallis, Laure le Masson, e Juliana Borges, respectivamente Sócia, Gerente, e Coordenadora de Marketing, colaboraram com a equipe de mídia da AS/COA para coordenar a cobertura de imprensa e o planejamento dos eventos pós-lançamento. Rodolfo Padilla dedicou boa parte do seu estágio na organização à análise de dados, oferecendo observações e ajudando no controle de qualidade.

Categorias

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Capacidade Legal	4.13	1.75	4.73	6.42	4.69	7.12	4.66	3.09	3.68	4.62	4.17	5.61	5.23	7.03	0.92
Democracia e Instituições Políticas	6.01	3.72	3.86	7.88	4.41	7.63	4.72	3.11	3.72	5.39	4.32	5.38	4.66	8.23	1.32
Sociedade Civil e Mídia	7.23	4.01	6.42	7.10	6.42	6.14	5.70	5.05	6.22	5.67	5.82	6.35	5.95	7.66	5.23

Variáveis

Capacidade Legal	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Independência e eficiência do judiciário	3.99	1.03	4.60	7.29	4.76	7.27	3.66	2.95	3.51	4.33	3.09	5.51	4.78	8.25	0.43
Independência e eficiência das agências anticorrupção	2.67	1.17	4.33	7.67	4.00	8.00	5.50	1.33	3.50	4.33	4.17	5.83	5.67	7.17	0.00
Acesso à informação pública e transparência geral do governo	5.64	2.91	6.50	7.42	5.80	6.83	5.09	5.04	6.39	5.48	5.46	5.71	6.75	7.33	1.37
Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores	4.00	0.83	4.00	6.00	3.50	7.00	3.67	1.67	2.17	4.50	3.33	3.83	3.50	6.17	1.17
Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco	4.83	2.44	4.00	5.68	5.35	5.30	4.59	3.61	4.12	4.68	3.48	5.26	5.14	5.69	2.36
Qualidade de instrumentos de colaboração premiada	5.33	2.00	5.67	5.33	4.33	7.00	4.67	4.67	2.67	4.33	3.33	7.33	4.67	8.33	0.00
Nível de cooperação internacional na aplicação da lei	3.33	3.00	4.67	4.67	6.00	8.00	6.00	4.00	4.33	5.00	7.33	6.67	7.00	6.00	1.67

Democracia e Instituições Políticas	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha	5.22	3.14	3.19	7.22	3.29	7.65	4.32	3.00	4.27	4.55	3.44	5.52	3.57	6.89	1.79
Processos legislativos e normativos	4.80	1.73	1.33	7.47	4.00	6.13	3.33	1.20	0.53	3.73	3.47	3.47	4.27	8.67	0.53
Qualidade geral da democracia	8.40	6.60	7.40	9.30	6.50	9.10	6.70	5.20	6.10	8.30	6.50	7.10	6.70	9.80	1.40

Sociedade Civil e Mídia	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção	5.00	2.00	6.00	7.00	6.33	4.33	5.33	4.33	6.33	3.67	4.33	5.33	4.33	7.00	3.67
Melhorias na educação	8.74	5.66	5.84	7.08	5.74	6.32	5.45	4.25	5.66	6.61	5.57	5.91	5.67	6.86	5.98
Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo	8.06	4.50	7.49	6.96	7.23	8.34	6.96	6.82	6.56	5.67	6.60	7.69	6.72	8.78	6.08
Comunicação digital e redes sociais	7.13	3.88	6.34	7.37	6.37	5.55	5.07	4.81	6.31	6.73	6.79	6.45	7.09	8.00	5.19